

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 25.04.2024

ENGIE Brasil Energia S.A.

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064

Agronômica Florianópolis – SC | CEP 88025-255

CNPJ 02.474.103/0001-19 | NIRE 42 3 0002438-4

EGIE B3 LISTED NM IBOVESPA B3 IEE B3 ITAG B3 ISE B3 ICO2 B3

SUMÁRIO

Proposta da Administração para a assembleia geral ordinária 4

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES 6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais 6

2.2 Comentários dos Diretores sobre: resultados das operações da Companhia, variação da receita, impacto da inflação, Câmbio e juros 26

2.3 Comentários dos Diretores sobre práticas contábeis 29

2.4 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes 29

2.5 Medições não contábeis 32

2.6 Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras 37

2.7 Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais 37

2.8 Descrição pelos Diretores dos itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia 39

2.9 Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 39

2.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia: 40

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 45

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 50

Destinação do lucro líquido do exercício 50

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL 55

7.3 Composiçã e experiência profissional do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal indicado 55

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos demais comitês 69

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre relacionadas ... 71

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre Administradores da Companhia 71

7.8 Outras informações que a Companhia julgue relevantes 72

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 73

8.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração 73

8.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente 79

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente 82

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente 83

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária 84

8.6 Relacionada à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária 86

8.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social .. 87

8.8 Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais 87

8.9 Relacionada à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações 87

8.10 Relacionada à cada outorga de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente 87

8.11 Relacionada às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais 87

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens “8.5” a “8.11” 87

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social 88

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários 89

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais 90

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia 91

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto 91

8.18 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente 91

8.19 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente 91

8.20 Outras informações que a Companhia julga relevantes 92

ANEXO VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS 94

10.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia 94

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 2024, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022 (RCVM 81/22), E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

Segundo o artigo 10º da RCVM 81/22, a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras (Incisos I e II do artigo 10º da RCVM 81/22)**

As Demonstrações Financeiras Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e B3 no dia 27.02.2024 e foram publicadas no Jornal Notícias do Dia, versão online e de forma resumida no jornal físico, de acordo com a RCVM 39/21 e alterações no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, no dia 25.03.2024. Tais documentos também estão disponíveis nestes websites: da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Inciso III do artigo 10º da RCVM 81/22)**

As informações referentes ao comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I deste documento.

- **Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 10º da RCVM 81/22)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 10º da RCVM 81/22)**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (§ único do artigo 10º - Inciso I, da RCVM 81/22)**

O formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi publicado pela Companhia no dia 27.02.2024, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Anuais. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da RCVM 81/22 (§ único do artigo 10º - Inciso II, da RCVM 81/22)**

As informações referentes ao anexo A da RCVM 81/22 estão disponíveis no anexo II deste documento.

- **Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (§ único do artigo 10º - Inciso III, da RCVM 81/22)**

O Parecer do Comitê de Auditoria está contemplado nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia.

Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger Administradores ou membros do Conselho Fiscal, a Companhia deve fornecer (artigo 11º da RCVM 81/22):

- **No mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados pela Administração ou pelos acionistas controladores (artigo 11° - Inciso I, da RCVM 81/22)**

Os mencionados dados estão apresentados no anexo IV deste documento. Nesta Assembleia serão propostas definir em 9 (nove) a quantidade de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; a reeleição dos atuais membros bem como novos membros, cujas informações estão indicadas nos itens 7.3 a 7.6 e item 7.8;eleger os Srs. Maurício Stolle Bähr e Paulo Jorge Tavares Almirante como presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, respectivamente; e a caracterização de membros independentes do(a)s Sr(a)s. Dirk Achiel Marc Beeuwsaert, Manoel Arlindo Zaroni Torres, Paulo de Resende Salgado, Karin Koogan Breitman, titulares, e Manoel Eduardo Lima Lopes, Antonio Alberto Gouvêa Vieira e Raquel Fonseca Cantarina, suplentes.

O Estatuto da Companhia no Art. 30 prevê que o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente, instalando-se somente a pedido dos acionistas, na forma da lei. Caso instalado, o Conselho Fiscal será constituído de até 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano. A assembleia geral que vier a instalar o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. Informações estão indicadas no item 7.3, 7.5 e 7.6.

Desta forma, nesta Assembleia ocorrerá a decisão da instalação ou não deste Conselho e, caso instalado, terá como membros indicados pela Administração os apresentados no anexo IV deste documento.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos Administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 13° da RCVM 81/22):

- **Informações relativas à proposta de remuneração dos Administradores baseadas no item 8 do referido Formulário de Referência (artigo 13° - Incisos I e II, da RCVM 81/22)**

Estas informações estão apresentadas no anexo V deste documento.

- **Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2023**

A proposta está apresentada no anexo VI deste documento.

- **Boletim de voto à distância, a que se refere o art. 31 (Inciso VI do artigo 10° da RCVM 81/22) e nas hipóteses a que se refere o art. 26 (Inciso III do artigo 11° da RCVM 81/22)**

Em atendimento à RCVM 81/22, e suas alterações posteriores, a Companhia passou a adotar o voto a distância a partir do exercício de 2017.

O boletim de voto a distância foi publicado pela Companhia no dia 25.03.2024, na mesma data da entrega desta Proposta da Administração. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (https://www.engie.com.br/investidores/assembleias-e-reunioes-do-conselho/voto-a-distancia/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Artigo 10º RCVM 81/22 – Inciso III – Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas neste item 2 desta Proposta da Administração devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como suas respectivas notas explicativas as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e registradas na CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia para: **(i)** os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022; **(ii)** as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e **(iii)** os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.

Ainda, as informações neste item "*2. Comentários dos Diretores*", exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhões de Reais).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
(+) Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não circulante)	12.420	11.910
(+) Debêntures (Circulante e Não Circulante)	7.686	5.446
(+) Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante)	571	584
(-) Resultado de operações com derivativos - *hedges* (Circulante e Não Circulante)	228	210
Dívida Bruta[1]	**20.905**	**18.150**
(+) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	(5.570)	(2.465)
Dívida líquida[2]	**15.335**	**15.685**
Patrimônio líquido	9.816	8.440
Grau de alavancagem[3]	**61,0%**	**65,0%**

(1) *Dívida Bruta*: consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante), Debêntures (Circulante e Não Circulante) e Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante), líquidos dos efeitos dos *hedges*.
(2) *Dívida Líquida*: consiste no resultado da soma de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante), Debêntures (Circulante e Não Circulante), Ações Preferenciais Resgatáveis (Circulante e Não Circulante), líquidos dos efeitos dos *hedges* e Caixa e equivalentes de caixa depósitos vinculados.
(3) *Grau de alavancagem*: consiste no resultado da divisão da Dívida Líquida pelo (Dívida Líquida + Patrimônio líquido).

Para informações adicionais sobre as medições não contábeis vide item 2.5 desta Proposta da Administração.

- Em 31 de dezembro de 2023, a dívida bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de *hedge*, totalizava R$ 20.905 milhões — aumento de 15,2% (R$ 2.755 milhões) comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento da dívida no fim de 2023 era de 7,4 anos. O Grau de Alavancagem representava 61,0%. A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2023: (i) R$ 2.447 milhões da 11ª emissão de debêntures da Companhia; (ii) R$ 1.003 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção dos Conjuntos Eólicos Santo Agostinho e Assuruá; (iii) geração de R$ 1.934 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; (iv) R$ 2.618 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais; e (v) R$ 11 milhões de transferência de financiamentos e debêntures de subsidiárias reclassificadas para Ativo Mantido para Venda.

- Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta totalizava R$ 18.150 milhões, uma redução de 11,8% comparativamente à R$ 2.437 milhões em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento da dívida no fim de 2022 era de 7,6 anos. A Dívida Líquida totalizava R$ 15.685 milhões, um aumento de 7,3% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2021. O Grau de Alavancagem representava 65,0%. A variação em relação a posição de 31 de dezembro de 2021 está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ao longo de 31 de dezembro de 2022: **(i)** R$ 1.789 milhões de transferência de financiamentos e debêntures de subsidiárias reclassificadas para Ativo Não Circulante Mantido para Venda; **(ii)** R$ 789 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos repassadores para construção dos projetos Conjunto Eólico Santo Agostinho e Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado; **(iii)** R$ 794 milhões oriundos de ingresso de aquisição das subsidiárias Floresta e Paracatu; **(iv)** geração de R$ 1.934 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; e **(v)** R$ 4.006 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

b. Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não circulante) e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais:

	Em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	32.408	29.747
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	9.816	8.440
Capitalização Total (Capital de Terceiros + Capital Próprio)	**42.224**	**38.187**
Parcela de capital de terceiros (% da Capitalização Total)	76,8%	77,90%
Parcela de capital próprio (% da Capitalização Total)	23,2%	22,1%

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

A Administração acredita que a estrutura de capital (medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia) mostrou-se equilibrada nos respectivos períodos apresentados.

Capital de Terceiros

- Em 31 de dezembro de 2023, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R$ 32.408 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R$ 29.747 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Capital Próprio

- Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 9.816 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R$ 8.440 milhões, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os exercícios.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil de endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	2023	2022
EBITDA Ajustado	7.270	6.941
Despesa financeira	(1.813)	(2.373)
Resultado financeiro	(1.963)	(2.515)
Dívida Bruta	20.905	18.150
Dívida Líquida	15.335	15.685
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado	2,9	2,3
Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado	2,1	2,6
EBITDA Ajustado / Despesa financeira	(4,0)	(2,9)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.586	3.338

* Informações adicionais sobre as medições não contábeis e suas respectivas reconciliações, vide item 2.5 desta Proposta da Administração.

Nos últimos dois exercícios sociais a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.

Ainda, caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

- A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 15.335 milhões e corresponde a 2,9 vezes o EBITDA ajustado pelo *Impairment*, alienação de subsidiária e indenização de seguros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de R$ 7.270 milhões. Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R$ 4.586 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- A Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 15.685 milhões e corresponde a 2,3 vezes o EBITDA ajustado pelos *Impairment* e alienação de subsidiária apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, de R$ 6.941 milhões. Adicionalmente, a Companhia gerou um caixa líquido pelas atividades operacionais de R$ 3.338 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos resultados apresentados e no plano de negócios da Companhia, os Diretores da Companhia reforçam a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Fitch Ratings atribui à Companhia *Rating* Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)', com perspectiva estável, e em escala global 'BB(bra)', com perspectiva estável, um nível acima do *rating* soberano. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando a competitividade da Companhia no desenvolvimento de novos projetos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de suprir uma eventual necessidade de caixa de curto e médio prazos.

Para os projetos de investimento da Companhia, além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente e/ou por meio de seus Bancos Repassadores. Além do BNDES, a Companhia também utiliza outros bancos de fomento, como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB). Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento pelo BNDES, ou por questões de custo do financiamento, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequada. A Companhia avalia constantemente as alternativas de financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos do BNDES e recursos oriundos de emissão de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos do BNDES e do BASA.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese os Diretores não prevejam qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha.

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia pretende utilizar prioritariamente linhas de crédito disponíveis no mercado junto a instituições financeiras de primeira linha. Para fins de financiamento de ativos não circulantes, a Companhia pretende utilizar prioritariamente recursos de financiamentos de longo prazo diretamente junto ao BNDES ou por meio de outros bancos de fomento.

Além disso, em razão do elevado *rating* atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*, a Companhia tem acesso tempestivo ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras, em 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

		Condições de Pagamento			
	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2023 (R$ milhões)
Controladora					
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional					
BNDES - Assuruá	IPCA + 6,70% a.a.	Mensais	Mensais	12.2046	722
Moeda estrangeira (dólar)					
BNP Paribas III	2,5400% a.a. com swap para CDI + 1,70% a.a.	Semestrais	03.2024	03.2024	603
MUFG V	1,8914% a.a. até 10.2021 e 2,0057% a.a. até 10.2025 ambos com swap para CDI + 1,32% a.a.	Semestrais	50% em 10.2024 e 50% em 10.2025	10.2025	425
Scotiabank IV	2,002% a.a. com swap para CDI + 1,35% a.a.	Semestrais	07.2026	07.2026	456

	Condições de Pagamento				
	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2023 (R$ milhões)
Controladas					
Empréstimos e financiamentos					
Ferrari					
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a.[1]	Mensais a partir de 02.2017	Mensais a partir de 02.2017	07.2032	41
Assú V					
BNB	IPCA + 1,7624% a.a.	Trimestrais a partir de 01.2019; Mensais a partir de 08.2023	Mensais a partir de 08.2023	07.2038	85
BNB Aplicação	IPCA médio 12 meses + 4,4108% a.a.	Trimestrais a partir de 08.2022; Mensais a partir de 09.2024	Mensais a partir de 09.2024	08.2039	9
Conjunto Eólico Campo Largo					
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.[1]	Mensais a partir de 07.2019	Mensais a partir de 07.2019	06.2035	367
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.[1]	Mensais a partir de 07.2019	Mensais a partir de 07.2019	06.2035	427
Conjunto Eólico Umburanas - Fase I					
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	Mensais a partir de 12.2019	Mensais a partir de 12.2019	12.2038	1.253
Gralha Azul					
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	Mensais a partir de 10.2023	Mensais a partir de 10.2023	03.2044	1.940
Conjunto Eólico Campo Largo II					
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	Mensais a partir de 09.2021	Mensais a partir de 09.2021	12.2039	1.366
Novo Estado					
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	Mensais a partir de 11.2022	Mensais a partir de 11.2022	05.2044	2.173
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	Mensais a partir de 11.2022	Mensais a partir de 11.2022	08.2044	762
Santo Agostinho					
BNDES	IPCA + 6,16% a.a.	Mensais a partir de 01.2024	Mensais a partir de 01.2024	11.2045	1.041
Floresta					
BNDES	TJLP + 2,15% a.a.	Mensais a partir de 06.2019	Mensais a partir de 06.2019	10.2036	244
Paracatu					
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	Mensais a partir de 11.2018	Mensais a partir de 11.2018	10.2038	506

(1) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):**

O financiamento foi utilizado principalmente para implantação do Projeto Assuruá.

- **Financiamentos contratados pelas Controladas:**

Os financiamentos contratados pelas controladas consolidadas na Companhia são na modalidade *Project Finance*. Para tal, foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

- **Empréstimos tomados em moeda estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia contratado empréstimos em moeda estrangeira com os seguintes bancos: **(i)** Scotiabank; **(ii)** BNP Paribas; e **(iii)** MUFG Bank LTD. (MUFG), sendo os recursos captados, principalmente, com a finalidade de compor capital de giro da Companhia.

A Companhia mantém contratos de operações de *swap* com subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras as quais contratou empréstimos em dólar, a fim de proteger fluxos futuros de pagamentos de principal e juros, contra a flutuação da taxa cambial. Estas operações foram designadas como instrumentos de *hedge*, convertendo o empréstimo em dólar para real e a taxa fixa para uma taxa flutuante (CDI).

O vencimento do principal e a amortização dos juros dos empréstimos e dos *hedges* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. É válido destacar que a Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* e NDF contratados foram as seguintes:

	Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap* e NDF	Posição passiva do *swap* e NDF	
Bancos	US$ milhões	R$ milhões	US$ + Juros (a.a.)	Condição	Vencimento
BNP Paribas III	125	632	2,54%	CDI + 1,70% a.a.	03.2024
MUFG V	95	500	1,8914% a.a. até 10.2021 e 2,0057% a.a. até 10.2025	CDI + 1,32% a.a.	10.2025
Scotiabank IV	102	530	2,002% a.a.	CDI + 1,35% a.a.	07.2026

Garantias dos empréstimos e financiamentos

As garantias dos empréstimos e financiamento visam assegurar ao credor o pagamento dos serviços de dívida, com o BNDES, BNB, BASA e debêntures, emitidas pela Companhia e por suas controladas, assim como o pagamento dos serviços de operação e manutenção, em caso de inadimplemento das beneficiárias, conforme previsto nos instrumentos contratuais. São constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente a três meses do serviço da dívida e a três meses das despesas contratuais de operação e de manutenção.

A Companhia mantém garantia para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos. Para os demais empréstimos não há garantias concedidas pela Companhia.

- **BNDES e BASA**

(i) **Financiamento de empreendimentos de geração eólica:** (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (e) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; (f) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção; e (g) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia ou da ECP.

(ii) **Financiamento de empreendimentos de geração fotovoltaica: (**a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (e) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (f) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção.

(iii) **Financiamento de empreendimento de transmissão:** (a) cessão dos direitos emergentes da concessão; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) conta reserva em montante equivalente a 3 meses (BNDES) e 6 meses (BASA) do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia ou fiança bancária.

- **BNB**

Financiamento de empreendimento de geração fotovoltaica: (a) fiança corporativa da ECP ou fiança bancária; e (b) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

a) Debêntures

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e pelas controladas Jaguara e Miranda. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

				Condições de Pagamento			Em R$ milhões
	Quantidade	Remuneração	Garantia	Encargos	Principal	Vencimento	31.12.2023
Controladora:							
5ª Emissão - Série única	165.000	IPCA + 6,3000% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 12.2015	3 Parcelas anuais a partir de 12.2022	12.2024	92
6ª Emissão - Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2017	3 Parcelas anuais a partir de 07.2024	07.2026	519
7ª Emissão - Série 1	515.353	IPCA + 5,6579% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2019	2 parcelas anuais a partir de 07.2024	07.2025	703
7ª Emissão - Série 2	231.257	IPCA + 5,9033% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2019	3 parcelas anuais a partir de 07.2026	07.2028	314
9ª Emissão – Série 1	576.095	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	07.2026	754
9ª Emissão – Série 2	539.678	IPCA + 3,9000% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	07.2029	706
9ª Emissão – Série 3	378.827	IPCA + 3,6000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	07.2026	496
9ª Emissão – Série 4	105.400	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	07.2029	138
10ª Emissão – Série única	400.000	IPCA + 5,7158% a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 09.2022	Anuais a partir de 09.2023	09.2046	437
11 ª Emissão – Série 1	1.085.600	IPCA + 5,9325 % a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 11.2024	3 parcelas anuais a partir de 11.2031	11.2033	1056
11 ª Emissão – Série 2	96.278	IPCA + 6,0691 % a.a.	Sem garantia	Anuais a partir de 11.2024	3 parcelas anuais a partir de 11.2036	11.2038	92
11 ª Emissão – Série 3	318.122	10,90% a.a. com swap para CDI + 0,378%	Sem garantia	11.2028	11.2028	11.2038	326
11 ª Emissão – Série 4	900.000	CDI + 1,0000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 05.2024	2 parcelas anuais a partir de 11.2027	11.2038	902
11 ª Emissão – Série 5	100.000	CDI + 1,1000% a.a.	Sem garantia	Semestrais a partir de 05.2024	2 parcelas anuais a partir de 11.2029	11.2030	101
Controladas:							
Jaguara							
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	634
Miranda							
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	416

Ações preferenciais resgatáveis

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis da controlada indireta Novo Estado Participações ("NEP"), todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R$ 500 milhões (R$ 477 milhões, líquido de custos de emissão). A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela NEP de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na controlada indireta NEP, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R$ 250 milhões, e parte como reserva de capital, no montante de R$ 250 milhões. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento de dívida, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela NEP.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação das dívidas está demonstrado a seguir: (i) financiamentos com garantia real; (ii) empréstimos com garantia quirografária e (iii) títulos de dívida com garantia quirografária.

São consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas o penhor, dentre outras garantias reais.

São consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

Adicionalmente, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05, e suas alterações posteriores, para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia em 31 de dezembro de 2023 estava sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants*) – índices e limites financeiros – estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*	Medição em 31.12.2023
Controladora:		
Scotiabank, MUFG e BNP Paribas	(i) Consolidado: Ebitda /despesas financeiras ≥ 2,0 (ii) Consolidado: Dívida bruta /Ebitda ≤ 4,5	(i) 4,07 (ii) 2,84
BNDES Ampliação Ferrari (Obrigação da Interveniente)	Consolidado: Dívida líquida /Ebitda ≤ 3,5	2,08
Controladas[1]:		
BNDES, BNB e BASA	Controladas: Índice de cobertura do serviço da dívida[2] ≥ 1,1 ou ≥ 1,25ou ≥ 1,3 dependendo da controlada	Nenhum *covenant* gerou inadimplemento nos respectivos contratos.

(1) *Covenants* referentes as dívidas das controladas da Companhia.
(2) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento por meio da abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, as controladas tomadoras de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Adicionalmente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de inadimplemento das obrigações assumidas perante o mesmo pela empresa beneficiária do crédito, suas subsidiárias, intervenientes, ou entidade integrante do Grupo Econômico ao qual a empresa pertença. Outra hipótese de vencimento antecipado é quando ocorre modificações do controle efetivo, direto ou indireto da empresa beneficiária do crédito sem a autorização prévia do banco. Além destes, outros eventos que afetem a capacidade de operação do projeto, ou que afetem as garantias cedidas ao banco, habitualmente são também hipóteses de vencimento antecipado.

Ainda, itens mais abrangentes como sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente também são situações que implicam em vencimento antecipado destes tipos de instrumentos financeiros.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas. Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos, exceto os contratos da própria Emissora, os quais são apurados trimestralmente.

b) Debêntures

	Dívida	*Covenants*
Controladora	5ª, 6ª, 7ª e 9ª emissões	(i)Consolidado: EBITDA/despesas financeiras ≥ 2,0 (ii)Consolidado: Dívida bruta/EBITDA ≤ 4,5
Jaguara e Miranda	1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,10[1] Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,10[1]

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Adicionalmente aos compromissos financeiros descritos na tabela, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia não pode incorrer nas condicionantes descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado, estando elencados os itens de maior restrição nas emissões de debêntures ativas na Companhia:

(i) inadimplemento por prazo superior a 2 dias úteis de obrigações pecuniárias relativas às debêntures previstas nas escrituras de emissão;

(ii) descumprimento de obrigação não pecuniária por prazo superior a 10 dias úteis, contados da data do descumprimento, ou na hipótese de notificação remetida pelo Agente Fiduciário, após 5 dias úteis contados da referida comunicação;

(iii) não pagamento, pela Companhia e/ou qualquer controlada, de quaisquer obrigações pecuniárias que não seja decorrente das escrituras de emissão que, individual ou em conjunto, sejam iguais ou superiores a R$ 100 milhões para a ENGIE Brasil Energia S.A. ("Controladora") e R$ 50 milhões para as controladas Jaguara e Miranda ("controladas"), por prazo superior a 2 dias úteis ou prazo especificado no respectivo contrato;

(iv) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Companhia e/ou qualquer controlada, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a Controladora e R$ 50 milhões para as controladas;

(v) protesto de títulos de responsabilidade da Companhia ou qualquer de suas controladas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a Controladora e R$ 50 milhões para as controladas, não sanado em 5 dias úteis do recebimento da notificação de protesto;

(vi) liquidação, extinção ou dissolução da Companhia;

(vii) liquidação, extinção, dissolução ou qualquer forma de reorganização societária das controladas da Companhia, exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys;

(viii) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia ou de suas controladas;

(ix) requerimento ou decretação de falência da Companhia ou de suas controladas, exceto se tal requerimento for contestado e houver comprovação de depósito elisivo no prazo legal, se aplicável;

(x) cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (iii) a sociedade sucessora for controlada, direta ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys;

(xi) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto se o controle indireto final for mantido pela Engie S.A. e tal alteração não acarretar redução da classificação de risco da Companhia;

(xii) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada desde a data de emissão até a data de vencimento das debêntures, de mais de 25% da capacidade instalada consolidada da Companhia, previstos nas últimas informações financeiras trimestrais da Companhia na data do último evento, que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia, e que não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s, Fitch, ou nota equivalente pela Moodys;

(xiii) intervenção ou perda da concessão/autorização que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia para as emissões da Companhia e perda de Contratos de Concessão, exceto se, dentro do prazo de 15 dias úteis a contar da data de ciência de qualquer desses eventos, a Companhia comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação, encampação, caducidade ou extinção ou obteve medida liminar garantindo a continuidade da prestação dos serviços e desde que referida liminar não seja cassada para as controladas, e que não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys;

(xiv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas das escrituras de emissão das debêntures, exceto se, dentro do prazo de 15 dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Companhia comprovar a existência de protocolo do pedido de licença ou renovação de licença ou provimento jurisdicional, conforme o caso, autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(xv) caso a Companhia sofra arresto, sequestro ou penhora de bens de seu ativo que representem, de forma individual ou agregada, 25% ou mais da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, desde que (i) a Companhia não suspenda os efeitos ou reverta tal decisão no prazo de 15 dias úteis ou (ii) no prazo de 15 dias úteis, for prestada garantia em juízo aos debenturistas no valor do saldo devedor das Debêntures;

(xvi) transformação do tipo societário da Companhia;

(xvii) redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas;

(xviii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures;

(xix) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros dos direitos e das obrigações assumidas com a emissão das debêntures, sem que haja a prévia autorização dos debenturistas;

(xx) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100 milhões para a Controladora e R$ 50 milhões para as controladas;

(xxi) não manutenção de classificação de risco corporativo da Companhia igual ou superior a AA, em escala local, pela Standard & Poor's, Fitch ou nota equivalente pela Moody's;

(xxii) não utilização dos recursos provenientes da emissão das debêntures conforme descrito nas escrituras de emissão;

(xxiii) caso as escrituras de emissão sejam declaradas judicialmente inválidas, nulas ou inexequíveis, que não tenha seus efeitos suspensos em até 10 dias úteis;

(xxiv) em caso de questionamento judicial, pela Companhia e/ou por suas controladas relevantes, destas escrituras de emissão;

(xxv) se a Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável, forem condenadas por decisão judicial transitada em julgado, em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil ou trabalho escravo;

(xxvi) caso quaisquer das declarações prestadas pela Companhia nas escrituras de emissão sejam inverídicas nas datas em que foram prestadas;

(xxvii) concessão pela Companhia, a partir da data de emissão, de mútuos e/ou empréstimos para quaisquer sociedades, exceto (i) caso o mútuo e/ou empréstimo seja concedido para sociedades controladas, conforme aplicável, e (ii) concessão de mútuos em valor, individual ou agregado, desde a data de emissão até a data de vencimento, de até R$ 50 milhões;

(xxviii) questionamento judicial, por qualquer terceiro, das escrituras de emissão ou de qualquer contrato de garantia, sem que a Companhia tenha tomado as medidas necessárias para contestar os efeitos do referido questionamento, no prazo legal contado da data em que a Companhia tomar ciência, por meio de citação regular, do ajuizamento de tal questionamento judicial; e

(xix) alteração do objeto social da Companhia, exceto se (i) previamente autorizado em Assembleia Geral de Debenturista; ou (ii) permanecer no objeto social da Companhia, atividades relacionadas à geração, transmissão ou comercialização de energia elétrica; ou (iii) decorrente de determinação da Aneel ou outra autoridade governamental competente.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Os contratos de debêntures, empréstimo e financiamento relevantes que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*), são os listados abaixo:

Tipo	Emissor	Credor	Contratos	*Threshold* (Em R$ milhões)	Observações	Tal sujeição se aplica também a eventual descumprimento de *covenants*
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 05ª Emissão	100	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas.	Sim.
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 06ª Emissão	120	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes.	Sim.
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 07ª Emissão	120	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes.	Sim.
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 09ª Emissão	120	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes.	Sim.
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 10ª Emissão	250	*Threshold* atualizado pelo IPCA a partir de set/21. *Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes.	Não.
Debêntures	Companhia	EBE	Debenturistas	EBE - Debêntures - 11ª Emissão	290	*Threshold* atualizado pelo IPCA a partir de set/21. *Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado e/ ou inadimplemento de obrigação pecuniária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes.	Não.
Empréstimo	Companhia	EBE	BNP	EBE - 4131 - BNP - 2020.03 (4y) - Loan	US$ 100 milhões	*Cross-default* acionado em caso de inadimplemento pela Companhia ou suas controladas. Em caso de vencimento antecipado de obrigação pecuniária não há *threshold*.	Sim.
Empréstimo	Companhia	EBE	MUFG	EBE - 4131 - MUFG - 2020.10 (5y) -	US$ 100 milhões	*Cross-default* acionado em caso de inadimplemento pela Companhia ou suas	Sim.

Tipo	Emissor		Credor	Contratos	*Threshold* (Em R$ milhões)	Observações	Tal sujeição se aplica também a eventual descumprimento de *covenants*
				Loan		controladas. Em caso de vencimento antecipado de obrigação pecuniária não há *threshold*.	
Empréstimo	Companhia	EBE	Scotiabank	EBE - 4131 - Scotia - 2021.07 (5y) - Loan	US$ 100 milhões	*Cross-default* acionado em caso de inadimplemento pela Companhia ou suas controladas. Em caso de vencimento antecipado de obrigação pecuniária não há *threshold*.	Sim.
Financiamento	Companhia	EBE	BNDES	EBE - Financiamento - BNDES - Assuruá	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Não.
Financiamento	Controlada	CLWP Fase 1	BNDES	CLWP Fase 1 - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	CLWP Fase 2	BNDES	CLWP Fase 2 - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	FLORESTA	BNDES	FLORESTA - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de inadimplemento nas dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	GRALHA AZUL	BNDES	GRALHA AZUL - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	NOVO ESTADO	BNDES	NOVO ESTADO - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	NOVO ESTADO	BASA	NOVO ESTADO - Financiamento - BASA	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BASA.	Sim.
Financiamento	Controlada	PARACATU	BNDES	PARACATU - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	SANTO AGOSTINHO Fase 1	BNDES	SANTO AGOSTINHO Fase 1 - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.
Financiamento	Controlada	UMBURANAS Fase 1	BNDES	UMBURANAS Fase 1 - Financiamento - BNDES	Qualquer valor	*Cross-default* acionado em caso de vencimento antecipado das dívidas do Grupo Econômico junto ao BNDES.	Sim.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em abril de 2020, as controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, contrataram financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.243 milhões. Em 2020, foi liberado o montante de R$ 862 milhões e em 2021 R$ 369 milhões, totalizando R$ 1.231 milhões – 99,0%. Os recursos liberados foram destinados ao financiamento da construção das centrais geradoras eólicas do Conjunto Eólico Campo Largo II. Para os recursos remanescente, R$ 12 milhões, não ocorreram despesas financiáveis suficientes para a realização da liberação.

Em junho de 2020, a controlada indireta Novo Estado, contratou financiamentos com o BNDES, no valor de R$ 1.710 milhões. Em 2020 foi liberado o montante de R$ 755 milhões, R$ 910 milhões em 2021 e R$ 45 milhões em 2022, ou seja, foi liberado o percentual total em 2022. Adicionalmente, em agosto de 2020, a controlada indireta Novo Estado, contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R$ 800 milhões. Em 2022 foi liberado o montante de R$ 70 milhões que, adicionado à liberação ocorrida em 2021 no montante de R$ 730 milhões, completou a liberação do montante total contratado. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

Em novembro de 2021, a Companhia, por meio das controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, contratou financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 1.473 milhões. Em 2022 foi liberado o montante de R$ 606 milhões. Em abril de 2023 foi liberado o montante de R$ 323 milhões, totalizando – 63,0%. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção das centrais geradoras eólicas do conjunto. O prazo para a liberação da do saldo remanescente dos recursos é junho de 2024.

Em dezembro de 2022, a Companhia, contratou financiamento com o BNDES no valor total de R$ 1.500 milhões. Em junho de 2023 foi liberado o montante de R$ 708 milhões, 47,2%. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção do Conjunto Eólico do Assuruá. O prazo para liberação da totalidade dos recursos é agosto de 2025.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				31.12.2023 x 31.12.2022
	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**10.748**	**100,0%**	**11.907**	**100,0%**	**-9,7%**
CUSTOS OPERACIONAIS	**(4.841)**	**-45,0%**	**(6.317)**	**-53,1%**	**-23,4%**
LUCRO BRUTO	**5.907**	**55,0%**	**5.590**	**46,9%**	**5,7%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(58)	-0,5%	(27)	-0,2%	114,8%
Despesas gerais e administrativas	(374)	-3,5%	(339)	-2,8%	10,3%
Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, líquida	1.198	11,1%	(67)	-0,6%	-1888,1%
Alienação de subsidiária	(1.287)	-12,0%	(84)	-0,7%	1432,1%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(19)	-0,2%	1	0,0%	-2000,0%
	(540)	**-5,0%**	**(516)**	**-4,3%**	**4,7%**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	993	9,2%	727	6,1%	**36,6%**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**6.360**	**59,2%**	**5.801**	**48,7%**	**9,6%**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	449	4,2%	585	4,9%	-23,2%
Despesas financeiras	(1.813)	-16,9%	(2.373)	-19,9%	-23,6%
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(599)	-5,6%	(727)	-6,1%	-17,6%
	(1.963)	**-18,3%**	**(2.515)**	**-21,1%**	**-21,9%**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**4.397**	**40,9%**	**3.286**	**27,6%**	**33,8%**
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(968)	-9,0%	(621)	-5,2%	55,9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.429**	**31,9%**	**2.665**	**22,4%**	**28,7%**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 11.907 milhões em 2022 para R$ 10.748 milhões em 2023, ou seja, redução de R$ 1.159 milhões (9,7%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) Redução na geração e venda de energia do portfólio de R$ 338 milhões (3,6%), motivado, substancialmente, pelos seguintes efeitos negativos: (i.i) queda de R$ 343 milhões na receita com contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre, resultado da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de vendas; e (i.ii) redução de R$ 17 milhões na remuneração dos ativos financeiros de concessão correspondentes à parcela do pagamento pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda referente à energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pela contração da inflação entre os anos analisados. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelo (i.iii) acréscimo de R$ 37 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, principalmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Adicionalmente, ocorreu (ii) queda de R$ 568 milhões (33,4%) no segmento de transmissão e (iii) redução de R$ 246 milhões (35,9%) no segmento de *trading* oriundo, principalmente, das reduções da receita das operações realizadas.

Custos operacionais

Em 2023, os custos operacionais atingiram R$ 4.841 milhões, inferiores em R$ 1.476 milhões (23,4%) aos custos de 2022, de R$ 6.317 milhões. Esta variação foi reflexo da combinação dos seguintes fatores: (i) decréscimo de R$ 830 milhões (72,8%) nos custos do segmento de transmissão, substancialmente pela redução dos custos de construção; (ii) decréscimo de R$ 409 milhões (9,1%) no segmento de geração e venda de energia do portfólio; (iii) redução de R$ 234 milhões (35,0%) nos custos de operações de trading de energia; e (iv) variação de R$ 3 milhões nos custos de venda e instalação de painéis solares em decorrência da venda da EGSD.

Receitas (despesas) operacionais

- **Despesas com vendas, gerais e administrativas:** A Companhia apresentou acréscimo nas despesas com vendas, gerais e administrativas, no montante de R$ 66 milhões entre 2023 e 2022. A principal variação decorre do segmento de geração, no montante de R$ 62 milhões, que foi impactada, substancialmente, pelos seguintes eventos: (i) aumento nas despesas com propaganda e publicidade, em decorrência da estratégia comercial para capturar oportunidades com a abertura do mercado livre de energia; e (ii) aumento nas despesas com serviços de terceiros de informática, consultoria e advocacia.

- **Reversão (provisão) para redução ao valor recuperável de ativos, líquida:** Durante o ano de 2023 a Companhia registrou o montante de R$ 1.243 milhões de reversão de *impairment*, em decorrência alienação da subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. e o montante de R$ 45 milhões de provisão para redução ao valor recuperável, referente ao sinistro do Conjunto Fotovoltaico Paracatu. No ano de 2022, a Companhia (i) reconheceu o montante de R$ 21 milhões de provisão de *impairment* relativos ao aumento nos custos de fornecimento de matéria prima da subsidiária Lages; (ii) complementou o *impairment* da Pampa Sul no montante de R$ 164 milhões; e (iii) reverteu R$ 118 milhões referente à EGSD, em virtude da venda, ocorrida em 21.02.2022.

- **Alienação de subsidiária:** Em 31 de maio de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda (R$ 1.296 milhões negativos) e reversão do impairment (R$ 1.243 milhões), foi negativo em R$ 53 milhões, no ano de 2023. Adicionalmente à esta operação, a Companhia registrou uma receita de alienação no montante de R$ 9 milhões oriundas de ajuste de preço da venda da subsidiária Diamante, ocorrido em 2021 – tal ajuste de preço provém de obrigações condicionadas para o recebimento. Em 21.02.2022 e 01.09.2022, foram concluídas as operações de venda das participações societárias que a Companhia possuía nas subsidiárias EGSD e Norte Catarinense. Nestas datas, as sociedades deixaram de ser controladas pela Companhia, passando também a não serem consolidadas. O resultado com a alienação da EGSD, líquido dos custos de venda (R$ 94 milhões), e reversão do *impairment* (R$ 118 milhões), foi positivo em R$ 24 milhões. O resultado com a alienação da Norte Catarinense, líquido dos custos de venda, foi positivo em R$ 10 milhões.

- **Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas:** A Companhia reconheceu em 2023, no segmento de geração, o montante de R$ 45 milhões, a título de indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu, os quais foram registrados na rubrica de outras receitas operacionais. Adicionalmente, durante o ano de 2023, houve o reconhecimento no segmento de transmissão do montante de R$ 64 milhões com efeito negativo no resultado a título de revisão tarifária periódica em contrapartida do ativo de contrato. Em 2022 o segmento de transmissão reconheceu o montante de R$ 20 milhões oriundo do ajuste positivo de preço da aquisição de Novo Estado Transmissora de Energia. Este ajuste ocorreu após o período de 12 meses de mensuração da combinação de negócios, motivo pelo qual foi registrado no resultado da Companhia. No ano de 2022, além do efeito mencionado do segmento de transmissão, o segmento de geração reconheceu R$ 22 milhões negativos os quais referem-se, substancialmente, à baixa de ativos da UTE Pampa Sul, decorrente de manutenções realizadas no ano de 2022.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Entre os anos comparados, o resultado de equivalência patrimonial aumentou R$ 266 milhões (36,6%), passando de R$ 727 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R$ 993 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram R$ 136 milhões (23,2%), passando de R$ 585 milhões em 2022 para R$ 449 milhões em 2023, em virtude, principalmente, da redução na receita com aplicações financeiras no montante de R$ 126 milhões. A queda foi motivada, substancialmente, pela diminuição da média dos saldos de aplicações financeiras entre os anos e suavizada pelo leve aumento do CDI entre os anos analisados.

- **Despesas financeiras:** as despesas reduziram de R$ 2.373 milhões em 2022 para R$ 1.813 milhões em 2023, ou seja, R$ 560 milhões (23,6%), resultado da combinação, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) redução de R$ 527 milhões sobre dívida, entre os anos analisados, dos quais: (i.i) queda de R$ 404 milhões de juros, em razão, principalmente, da liquidação de instrumentos de dívida em montantes significativos ao longo do ano de 2023; e (i.ii) redução de R$ 123 milhões de atualização monetária, pela variação da inflação, atenuada pelo aumento do saldo de instrumentos de dívidas.

- **Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público):** na comparação entre os anos, houve redução de R$ 128 milhões, ou seja 17,6%, passando de R$ 727 milhões em 2022 para R$ 599 milhões em 2023, resultado dos seguintes efeitos: (i) queda de R$ 155 milhões de atualização monetária, motivada, principalmente, pela desaceleração do IPCA e do IGP-M entre os anos, destaca-se que o IGP-M no ano de 2023 apresentou deflação; e (ii) R$ 27 milhões de aumento pela atualização a valor presente das concessões a pagar.

Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)

Os valores apurados de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), no acumulado do ano, aumentaram R$ 347 milhões (55,9%), passando de R$ 621 milhões em 2022 para R$ 968 milhões em 2023. A variação foi motivada, principalmente, pelo aumento do lucro antes do IR e CSLL entre os anos observados.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.429 milhões, comparado a R$ 2.665 milhões apresentados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões)	**2023**	**2022**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.586	3.338
Caixa líquido das atividades de investimento	(2.042)	(1.784)
Caixa líquido das atividades de financiamento	476	(4.474)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.020	(2.920)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 4.586 e R$ 3.338 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento líquido de R$ 1.248 observado entre os exercícios é decorrente, principalmente, de (i) aumento no lucro antes dos tributos ajustado; (ii) aumento do recebimento de RAP (Receita Anual Permitida) construção; (iii) variação positiva de outros passivos; e (iv) redução de pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Caixa líquido das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento foi de R$ 2.042 e R$ 1.784 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução líquida de R$ 258 observado entre os períodos é decorrente, principalmente, de (i) aumento na aplicação de imobilizado e intangível; e atenuada pela (ii) redução na aquisição de investimento; e pelo (iii) aumento dos dividendos recebidos de controladas em conjunto.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R$ 476 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R$ 4.474 no exercício social encerrado em 2022. O aumento líquido de R$ 4.950 observado entre os exercícios é decorrente, principalmente, de (i) aumento na emissão de instrumentos de dívida; (ii) aumento de pagamento de instrumentos de dívida, líquido de *hedge*; e (iii) aporte de capital de acionistas minoritários, líquido dos custos de emissão.

2.2 Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Em R$ milhões	**2023**	**%**	**2022**	**%**
Receita operacional bruta				
Distribuidoras de energia elétrica	4.501	41,9%	4.589	38,5%
Consumidores livres	3.514	32,7%	3.772	31,7%
Comercializadoras de energia elétrica	921	8,6%	954	8,0%
Operações de *trading*	483	4,5%	752	6,3%
Transações no mercado de curto prazo	426	4,0%	388	3,3%
Serviços prestados	197	1,8%	194	1,6%
Outras receitas	117	1,1%	103	0,9%
	10.159	**94,5%**	**10.752**	**90,3%**
Deduções da receita operacional	**(947)**	**-8,8%**	**(1.000)**	**-8,4%**
Outras				
Remuneração de ativo de contrato	831	7,7%	755	6,3%
Remuneração de ativo financeiro de concessão	468	4,4%	485	4,1%
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	237	2,2%	914	7,7%
Ganhos não realizados em operações de *trading*	-	-	1	-
	1.536	**14,3%**	**2.155**	**18,1%**
Receita operacional líquida	**10.748**	**100,0%**	**11.907**	**100,0%**

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022

A receita operacional líquida passou de R$ 11.907 milhões em 2022 para R$ 10.748 milhões em 2023, ou seja, redução de R$ 1.159 milhões (9,7%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

- **Distribuidoras de energia elétrica, consumidores livres e comercializadoras de energia elétrica:**

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita e operações de *trading*, foi de R$ 226,42/MWh, 1,6% superior ao praticado em 2022, que foi de R$ 222,85/MWh. O aumento do preço entre os períodos em análise foi motivado, substancialmente, pela atualização monetária dos contratos vigentes, parcialmente atenuado, pela venda da subsidiária Pampa Sul, que vendia energia por preços acima do preço médio do restante do portfólio da Companhia.

A quantidade de energia vendida em contratos, líquida de operações de *trading*, atingiu 35.816 GWh (4.088 MW médios) em 2023, contra 37.932 GWh (4.330 MW médios) registrados em 2022 - decréscimo de 2.116 GWh (242 MW médios) ou 5,6%. A redução na quantidade de energia vendida, foi motivada pela redução do volume de venda às distribuidoras, em decorrência da alienação da subsidiária Pampa Sul e pelo menor volume de compras, e consequentemente, menor volume disponível para venda.

A redução no volume de vendas e o aumento no preço médio de venda, ocasionou redução de R$ 343 milhões entre os anos na receita operacional líquida da Companhia - R$ 348 milhões, referem-se à alienação da subsidiária Pampa Sul, ocorrida no 2T23.

- **Remuneração de ativo de contrato**

Acréscimo R$ 76 milhões (10,1%) na remuneração dos ativos de concessão, ocasionado, especialmente, pelo aumento dos saldos dos ativos de contrato e suavizado pelo decréscimo dos índices inflacionários.

- **Remuneração de ativo financeiro de concessão**

Os ativos financeiros de concessões representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela da energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, equivalente a 70% da garantia física destas usinas. Esses ativos são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou R$ 485 milhões em 2022 para R$ 468 milhões em 2023, decréscimo de R$ 17 milhões (3,5%). A variação foi motivada, substancialmente, pela redução do IPCA entre os períodos em comparação.

- **Receita de construção de infraestrutura de transmissão**

Redução de R$ 677 milhões (17,1%) na receita de construção, oriunda, principalmente, do encerramento das obras dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão mencionados a seguir. Informações complementares sobre eles foram detalhadas nos itens 2.1.h e 2.2.a.(i).

2023:

(i) redução do volume de compras de energia;
(ii) recuperação de custos de energia, haja vista a repactuação do risco hidrológico;
(iii) redução dos custos com combustível próprio;
(iv) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia;
(v) maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG; e
(vi) reconhecimento de reversão de *impairment*, líquido.

Ainda, vale ressaltar que os efeitos positivos acima mencionados foram parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos negativos: (i) impacto negativo da variação de quantidade de energia vendida em decorrência da venda de Pampa Sul; (ii) aumento dos encargos de uso da rede elétrica e conexão; (iii) aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas; e (iv) resultado negativo na alienação de subsidiária.

2022:

(i) aumento da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de venda;
(ii) redução no reconhecimento de *impairment* entre os períodos;
(iii) redução nas despesas de concessões a pagar motivada pela desaceleração dos índices de correção;
(iv) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia;
(v) redução dos custos com combustível próprio;
(vi) resultado positivo das transações realizadas no mercado de curto prazo;
(vii) maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG; e
(viii) redução do resultado negativo de alienação de subsidiárias.

Ainda, vale ressaltar que os efeitos positivos acima mencionados foram parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos negativos: (i) impacto negativo da repactuação do risco hidrológico, haja vista o efeito positivo registrado em 2021, sem efeito em 2022; (ii) aumento do volume de compras de energia; e (iii) redução na receita de ativos financeiros de concessão.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e IGP-M. A receita da Companhia não possui exposição a taxas de câmbio que afete significativamente seu resultado e não foi, substancialmente, afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

Na operação de *trading* de energia, a Companhia atua visando auferir resultados com as variações de preço da energia elétrica, dentro de limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração da Companhia.

As principais variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 2.2.a (i) acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

c.1) inflação e variação de preços nos custos de venda de energia elétrica

Compras de energia para gerenciamento de portfólio: estas transações normalmente são realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados pelo IPCA e IGP-M. Os impactos médios negativos referentes ao reajuste de preço pelos índices de inflação foram de R$ 68 milhões e R$ 25 milhões, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R$ 17 milhões e R$ 51 milhões, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos.

Para o exercício de 2023, a TAR teve uma variação de 7,2%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 16 milhões. Para o exercício de 2022, a TAR teve uma variação de 10,2%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 21 milhões.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

As informações referentes à exposição ao câmbio estão descritas no item 2.1 “f” (i) desta Proposta da Administração. A Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos períodos acima mencionados foram estes:

	Em 31 de dezembro de	
(Valores em R$ milhões)	2023	2022
Juros e variação monetária sobre:		
Empréstimos e financiamentos	743	987
Debêntures	624	769
Hedge de valor justo sobre empréstimos	219	372
Ações preferenciais resgatáveis	88	74
Total de juros e variação monetária	**1.674**	**2.202**
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	**599**	**727**

2.3 Comentários dos Diretores sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2023

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31.12.2023.

2022

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31.12.2022.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não contêm opiniões modificadas ou ênfases presentes no relatório dos auditores independentes da Companhia.

2.4 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão abaixo sumarizados:

- **Geração:** é o principal negócio da Companhia e compreende as atividades de geração e venda de energia elétrica do portfólio.
- **Transmissão:** a Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul, Novo Estado, Gavião Real e Asa Branca e está exposta aos riscos e benefícios da construção e operação desses ativos.
- ***Trading*:** este segmento visa auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro dos limites de risco pré-estabelecidos. As atividades deste segmento são realizadas pelas controladas ENGIE Trading e EBC.
- **Transporte de gás:** a Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada em conjunto TAG.

2023

Os principais segmentos operacionais da Companhia são geração e venda de energia elétrica do portfólio (“Geração”), transmissão de energia elétrica (“Transmissão”) e *trading* de energia elétrica (“*Trading*”). Esses segmentos concentraram 85,3%, 10,6% e 4,1%, respectivamente, das receitas operacionais líquidas consolidadas da Companhia no exercício de social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O segmento de transporte de gás, por meio da controlada em conjunto TAG, é reconhecido no resultado do período como “Resultado de equivalência patrimonial” e representa 29,0% do lucro líquido da Companhia.

Em 2023, a Companhia não ingressou em novos segmentos e não houve alienação de segmento operacional.

2022

Os principais segmentos operacionais da Companhia são geração e venda de energia elétrica do portfólio ("Geração"), transmissão de energia elétrica ("Transmissão") e *trading* de energia elétrica ("*Trading*"). Esses segmentos concentraram 79,9%, 14,3% e 5,8%, respectivamente, das receitas operacionais líquidas consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O segmento de transporte de gás, por meio da controlada em conjunto TAG, é reconhecido no resultado do exercício como "Resultado de equivalência patrimonial" e representa 27,3% do lucro líquido da Companhia.

Em 2022, a Companhia não ingressou em novos segmentos e houve alienação de segmento operacional, por meio da alienação da EGSD.

Em 21 de fevereiro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária ENGIE Geração Solar Distribuída ("EGSD"). Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O preço de venda de 100% da participação acionária na ESGD foi de R$ 14 milhões, composto por duas parcelas: (i) R$ 3 milhões – recebidos no fechamento da operação; (ii) R$ 9 milhões – recebidos em dezembro de 2022 e (iii) até R$ 2 milhões – relacionados a ativos e passivos supervenientes, os quais serão recebidos pela EGSD e repassados à Companhia em datas futuras, e ajuste de preço na data de fechamento, líquidos de provisões estimadas para assistência técnica sob responsabilidade da ENGIE.

O *impairment* constituído em anos anteriores foi revertido juntamente com o reconhecimento da receita de venda e do custo do investimento. O *impairment* revertido foi de R$ 118 milhões. Esses efeitos, em conjunto com o reconhecimento da receita de venda (R$ 14 milhões), resultaram em um ganho reconhecido no resultado de R$ 24 milhões.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2023

Emissão de ações preferenciais de subsidiária indireta

Em 07 de junho de 2023, foi celebrado Acordo de Investimento na Maracanã Geração de Energia e Participações S.A. ("Maracanã"), entre sua controlada Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("Engie Energias Complementares") e Itaú Unibanco S.A. ("Investidor"), com interveniência e anuência da Maracanã, e de outras partes, regulando, entre outras matérias, a subscrição, pelo Investidor, de novas ações preferenciais de emissão da controlada indireta Maracanã, no valor de R$ 1 bilhão, representando 100% das ações preferenciais e 12,34% do capital social total da Maracanã.

Alienação da subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul")

Em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, em 15 de setembro de 2022, foi assinado o Contrato de Aquisição de Ações (SPA - *Share Purchase Agreement*) entre a Companhia e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), com as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Grafito") e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Space X"). O SPA regula a aquisição, pelos compradores, da totalidade da participação societária que as vendedoras possuem na Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul"), a qual detém a totalidade dos ativos e direitos da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina").

A UTE Pampa Sul, localizada em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de garantia física bruta, vendeu no 20° Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

Com a venda, a Companhia irá receber em caixa o montante de até R$ 450 milhões, previsto para 2024, e a assunção do endividamento líquido de Pampa Sul será realizada pelos compradores, no valor aproximado de R$ 1,6 bilhão. Os compradores irão, inclusive, obter a liberação integral da fiança corporativa prestada pela ENGIE no âmbito do referido endividamento. A assinatura do SPA pela Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15.09.2022.

Tendo em vista que o valor de venda, líquido dos custos, é inferior ao valor contábil dos ativos líquidos da subsidiária, foi reconhecido, em 2022, R$ 191 milhões de provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) nos investimentos no consolidado, sendo R$ 168 milhões na controladora. Entretanto, em função da assinatura do SPA de venda da Usina, em 30.09.2022, a Companhia efetuou a reversão do *impairment* reconhecido, no montante de R$ R$ 43 milhões.

Em 31 de maio de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Pampa Sul. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda (R$ 1.296 milhões negativos) e reversão do *impairment* (R$ 1.243 milhões), foi negativo em R$ 53 milhões.

Alienação de ações da TAG

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de dezembro de 2023, aprovou a celebração do contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre, de um lado, a Companhia, e de outro lado, o Caisse de Dépôt et Placement du Québec (“CDPQ”), por meio de sua subsidiária integral CDP Groupe Infrastructures Inc., com interveniência e anuência da TAG, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação, pela Companhia à CDPQ, de ações de emissão da TAG de titularidade da Companhia representativas de 15% do capital social total da TAG. Mais informações, vide item 2.6.

2022

Aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta

Em março de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Solairedirect”), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. (“ENGIE Solar”), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (CPR), para avaliar a operação de aquisição. O CPR contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) *due diligence* legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) *due diligence* contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) *due diligence* técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (*fairness opinion*).

Após a realização das devidas *due diligences*, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16.03.2022, pelo montante de R$ 656 milhões.

O Conjunto Fotovoltaico Floresta, localizado na cidade de Areia Branca/RN, possui capacidade instalada de 86 MW, tendo contratado, pelo prazo de 20 anos, com término em 31 de outubro de 2038, 25,1 MW médios ao preço de R$ 421,58/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, com operação comercial iniciada em dezembro de 2017.

Por sua vez, o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado em Paracatu/MG, possui capacidade instalada de 132 MW, com contrato de venda de 34,0 MW médios pelo prazo de 20 anos, com término em 31.10.2038, ao preço de R$ 429,07/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, e iniciou a operação comercial em fevereiro de 2019.

Aquisição do Conjunto Eólico Serra do Assuruá ("Serra do Assuruá")

Em 21 de junho de 2022, após o cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ativos e outras avenças, foi concluída a aquisição dos direitos de desenvolvimento do Projeto Serra do Assuruá junto à PEC Energia S.A. ("PEC") pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), controlada direta da Companhia. Ressaltamos que esta aquisição se trata de uma aquisição de projetos.

Adicionalmente, em 30.09.2022, a Companhia comunicou ao mercado a assinatura do contrato de fornecimento de até 188 aerogeradores com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda, iniciando a implantação de Serra do Assuruá, cuja entrada em operação comercial está prevista para o 2° semestre de 2024.

Ademais, em 22 de dezembro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado a assinatura do contrato de financiamento com o BNDES destinado à implantação de Serra do Assuruá no montante de R$ 1,5 bilhão e prazo de amortização de 252 meses, com a primeira prestação vencendo em dezembro de 2025.

Alienação da subsidiária Norte Catarinense Ltda ("Norte Catarinense")

Em 01 de setembro de 2022, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Norte Catarinense. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda, foi positivo em R$ 10 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

2023

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram os seguintes: (i) R$ 115 milhões referente à referente à repactuação do risco hidrológico; (ii) R$ 64 milhões de efeito negativo decorrente da revisão tarifária periódica; (iii) R$ 53 milhões de resultado negativo líquido referente a alienação da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iv) R$ 45 milhões reconhecidos a título de provisão de *impairment* referente ao sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu.

2022

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes: (i) reconhecimento de R$ 67 milhões de *impairment*, sendo estes: (i.i) complemento do *impairment* da UTE Pampa Sul no montante de R$ 164 milhões; e (i.ii) reconhecimento de R$ 21 milhões relativos ao aumento nos custos de fornecimento de matéria prima; e, parcialmente atenuado, pela (i.iii) reversão de R$ 118 milhões referente à EGSD, em virtude da venda, ocorrida em 21 de fevereiro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156") que revogou a Instrução CVM 527/2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), não representam os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de desempenho operacional e/ou liquidez, como substitutos dos fluxos de caixa ou base para distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício, conforme o caso, ajustado somente por itens não operacionais, não recorrentes ou de operações descontinuadas, neste caso, por **(a)** *Impairment*; e **(b)** Alienação de Subsidiária e **(c)** Indenização de Seguros.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
EBITDA	7.285	6.790
Margem EBITDA	67,8%	57,0%
EBITDA Ajustado	7.270	6.941
Margem EBITDA Ajustado (%)	67,6%	58,3%

Dívida Bruta

A Dívida Bruta da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge*. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta dividida pelo EBITDA Ajustado. A Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado elaborada por outras empresas.

Dívida Líquida

A Dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge* ("Dívida Bruta"), somado de caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados. A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado elaborada por outras empresas.

Grau de Alavancagem

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido). O Grau de Alavancagem não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável o Grau de Alavancagem elaborado por outras empresas.

Seguem abaixo os saldos de referidas medições não contábeis:

	Em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Dívida Bruta	20.905	18.150
Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado	2,9	2,6
Dívida Líquida	15.335	15.685
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado	2,1	2,3
Grau de alavancagem (%)	61,0%	65,0%

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro Líquido Ajustado da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliado com as demonstrações financeiras da Companhia, o qual é composto pelo saldo do lucro líquido do exercício, líquido dos efeitos não recorrentes. A Companhia considera como efeitos não recorrentes, (i) reversões e constituições de *impairments* realizados durante o exercício social; (ii) alienação de subsidiárias; (iii) indenização de seguros. A Margem Líquida Ajustada é calculada dividindo o Lucro Líquido Ajustado pela Receita Operacional Líquida.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez

A Companhia apresenta a seguinte medida não contábil referente ao Lucro Líquido Ajustado:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Lucro líquido Ajustado	3.421	2.764
Margem Líquida Ajustada (%)	31,8%	23,2%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**3.429**	**2.665**
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	968	621
(+) Resultado financeiro	1.963	2.515
(+) Depreciação e amortização	925	989
EBITDA[(1)]	**7.285**	**6.790**
Receita Operacional Líquida	10.748	11.907
Margem EBITDA (%)[(2)]	**67,8%**	**57,0%**

[(1)] **EBITDA:** Lucro Líquido do Exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas despesas financeiras líquidas e pelas despesas com depreciação e amortização.
[(2)] **Margem EBITDA:** é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

Memória de cálculo do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
EBITDA	**7.285**	**6.790**
(+) Reversão de *Impairment*[(1)], líquido	(1.198)	67
(+) Alienação de subsidiária[(2)]	1.287	84
(+) Indenização de seguros [(3)]	(104)	-
EBITDA Ajustado[(4)]	**7.270**	**6.941**
Receita Operacional Líquida	10.748	11.907
Margem EBITDA Ajustada (%)[(5)]	67,6%	58,3%

[(1)] ***Impairment:*** Resultado entre o valor recuperável menos o valor contábil líquido.
[(2)] **Alienação de Subsidiária:** Operação de venda de empresas controladas, não sendo mais consolidada pelo controlador.
[(3)] **Indenização de Seguros:** Indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu.
[(4)] **EBITDA Ajustado:** consiste no EBITDA ajustado por Impairment e Alienação Subsidiária, conforme acima definidos. A Companhia entende que (i) o *Impairment* deve ser considerado pois é o resultado entre o valor recuperável menos o valor líquido; e (ii) a alienação fiduciária em função da operação de venda de empresas controladas, não sendo mais consolidada pelo controlador. Ressalta-se que o evento de Repactuação do risco hidrológico (R$ 115 milhões no ano de 2023) não foi excluído no cálculo do EBITDA Ajustado, tendo em vista que a Companhia não o considerou não-recorrente.
[(5)] **Margem EBITDA Ajustado:** é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

Reconciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Bruta/ EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Grau de Alavancagem

	Em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	12.420	11.910
Debêntures (circulante e não circulante)	7.686	5.446
Ações preferenciais resgatáveis (circulante e não circulante)	571	**584**
Resultado de operações com derivativos - *hedge* (circulante e não circulante)	228	210
Dívida Bruta[1]	**20.905**	**18.150**
(+) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	(5.570)	(2.465)
Dívida Líquida[2]	**15.335**	**15.685**
Dívida Bruta/EBITDA Ajustado	**2,1**	**2,6**
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	**2,9**	**2,3**
Patrimônio líquido	**9.816**	**8.440**
Grau de alavancagem (%)[3]	**61,0%**	**65,0%**

[1] **Dívida Bruta**: é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge*.
[2] **Dívida Líquida**: é composta pelo Dívida Bruta somado de caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados.
[3] **Grau de Alavancagem**: Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e do Patrimônio Líquido.

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
(Em R$ milhões, exceto %)	**2023**	**2022**
Lucro Líquido do Exercício	**3.429**	**2.665**
Impairments[1]	(1.198)	67
Alienação de investimento[2]	1.287	84
Indenização de seguros[3]	(104)	-
Imposto de renda e contribuição social dos efeitos acima	7	(52)
Lucro Líquido Ajustado[4]	**3.421**	**2.764**
Receita Operacional Líquida	10.748	11.907
Margem Líquida (%)[5]	**31,9%**	**22,4%**
Margem Líquida Ajustada (%)[6]	**31,8%**	**23,2%**

[1] ***Impairments:*** Resultado entre o valor recuperável menos o valor contábil líquido.
[2] **Alienação de Investimento:** Operação de venda de empresas controladas, não sendo mais consolidada pelo controlador.
[3] **Indenização de Seguros:** Indenização de seguros em decorrência do sinistro ocorrido no Conjunto Fotovoltaico Paracatu.
[4] **Lucro Líquido Ajustado**: o qual é composto pelo saldo do lucro líquido do exercício, líquido dos efeitos não recorrentes. A Companhia considera como efeitos não recorrentes, (i) os *impairments* realizados durante o exercício social; (ii) a alienação de investimentos; e (iii) indenização de seguros reconhecidas. Ressalta-se que o evento de Repactuação do risco hidrológico (R$ 115 milhões no ano de 2023) não foi excluído no cálculo do Lucro Líquido Ajustado, tendo em vista que a Companhia não o considerou não-recorrente.
[5] **Margem Líquida**: é calculada pela divisão do Lucro Líquido do Exercício pela Receita Operacional Líquida da Companhia.
[6] **Margem Líquida Ajustada**: é calculada pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela Receita Operacional Líquida da Companhia.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza tais medições por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Lucro Líquido Ajustado, Margem EBITDA, e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Lucro Líquido Ajustado, Margem EBITDA, e Margem EBITDA Ajustado são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital e de efeitos tributários da Companhia.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social (corrente e diferido), a depreciação e amortização, e as operações não recorrentes, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado é o indicador mais apropriado para fins de análise, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A Companhia entende que a Margem EBITDA Ajustado é uma medição apropriada para a compreensão da sua condição financeira, pois mede a lucratividade operacional da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Grau de Alavancagem

A Companhia entende que a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e o Grau de Alavancagem são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza os indicadores para mensurar tempo para quitação de quaisquer empréstimos, financiamentos e debêntures com sua geração de caixa operacional.

2.6 Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras

a. Dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 27.02.2024, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos adicionais sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 722, ou R$ 0,88446720613 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela AGO, a quem caberá definir as condições de pagamento dos dividendos.

b. Alienação de ações da TAG

Em 10 de janeiro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes, foi concluída a operação de alienação de 15% da participação societária detida pela Companhia na TAG, mediante transferência das ações e liquidação do preço, nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 28 de dezembro de 2023, entre a Companhia, na qualidade de vendedora, pela TAG, na qualidade de interveniente anuente, e pelo Caisse de Dépôt et Placement du Québec, por meio de sua subsidiária integral CDP Groupe Infrastructure Inc., na qualidade de compradora.

A Companhia permanece acionista da TAG, sendo titular de ações representativas de 17,5% do capital social total da TAG, permanecendo o Grupo ENGIE com 50% capital social total da TAG, ambos vinculados ao acordo de acionistas da TAG, mantendo o grupo de controle atual.

2.7 Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais

a. Regras sobre retenção de lucros

Os lucros são retidos para a realização de investimentos, conforme estabelecido no orçamento de capital da Companhia. Além das reservas previstas na legislação societária, a Companhia não possui outras reservas reguladas no Estatuto.

Valores das Retenções de Lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados:

- **Reserva legal**: em 2023 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76.
- **Reserva de incentivos fiscais**: no valor de R$ 8.734.328,98 – 0,3% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio.
- **Reserva de retenção de lucros:** no valor de R$ 1.559.990.391,47 – 45,0% do lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos e juros sobre o capital próprio.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme o disposto no art. 31, § 1°, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral.

Além disso, nos termos do mesmo artigo, § 2° do referido documento, a Companhia poderá levantar balanços a qualquer tempo e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas em Lei.

Também mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme autorizado pelo art. 31, § 5°, do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros remuneratórios sobre capital próprio.

A Companhia possui por prática a distribuição de dividendos de valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício e que as distribuições sejam realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia, pois não há uma política formal implementada pela Companhia requerente a distribuição deste percentual.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Como descrito no item "b" acima, os dividendos são distribuídos em bases semestrais desde que seja apurado lucro no período em questão, sendo permitida, pelo Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares, mediante deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços levantados durante o exercício.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

d. Restrições à distribuição de dividendos

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação, regulamentação, contratos, ou quaisquer decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, exceto a restrição de distribuição de dividendos nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, ressalvado o mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Política de destinação de resultados

Conforme o disposto no art. 31, § 1°, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Ademais, a Companhia possui uma prática de que a distribuição de dividendos seja de valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício e de que as distribuições sejam realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido do exercício ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia, pois não há uma política formal implementada pela Companhia requerendo a distribuição desse percentual.

O Estatuto Social da Companhia está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.engie.com.br/investidores/).

2.8 Descrição pelos Diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet itens*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos dois exercícios sociais.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial os contratos futuros de compra e venda de energia, designados como derivativos. Os contratos de compra de produtos e/ou serviços de longo prazo, não necessitam estar registrados, todavia estão evidenciados em nota explicativa das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro dos respectivos anos.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos dois exercícios sociais.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos dois exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos últimos dois exercícios sociais.

2.9 Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos dois últimos exercícios sociais.

2.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

2023

Transmissão de energia:

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em transmissão, ao fim do ano de 2023, destaca-se os seguintes marcos:

(i) Gavião Real Transmissora de Energia: o avanço global da obra atingiu 81,9%. A energização do projeto está prevista para o primeiro trimestre de 2024, antes do prazo limite de 30 de março de 2026 para o início da operação, estabelecido pela Aneel; e

(ii) Asa Branca Transmissora de Energia: foram assinados os principais contratos de serviços, equipamentos e materiais, para cumprir o plano de negócio estabelecido pela Companhia. O prazo máximo para construção é de 66 meses, com previsão de antecipação de pelo menos 24 meses.

Geração de energia:

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em geração, ao fim do ano de 2023, destaca-se os seguintes marcos:

(i) Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I: o progresso geral da obra atingia 95,8%, com todas as obras auxiliares, a pré-montagem 100% concluídas e 60 aerogeradores com todas os componentes principais já montados. Na data, o projeto contava com 33 Unidades Geradoras (UGs) em operação comercial e outras 22 autorizadas para operação em testes;

(ii) Conjunto Eólico Assuruá: no final do ano, o progresso de construção da obra atingiu 31,0%. A previsão de entrada gradual em operação comercial é a partir do segundo semestre de 2024 e conclusão da implantação no segundo semestre de 2025; e

(iii) Conjunto Fotovoltaico Assú Sol: as atividades de implantação das usinas fotovoltaicas atingiram, até o final de 2023, 8,6% de avanço, e estão sendo executadas atividades de engenharia, supressão vegetal, terraplanagem e fundações dos *trackers*. A entrada em operação comercial da primeira unidade fotovoltaica está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2024 e a operação comercial integral é esperada para o segundo semestre de 2025.

Os investimentos realizados em 2023 estão destacados abaixo:

Financiamento com (Em R$ milhões)	Realizado em 31 de dezembro de 2023
Financiado com dívida	3.642
Financiado com capital próprio[1]	(1.788)
Aporte de acionistas minoritários	1.000
	2.854

[1] O valor negativo do capital próprio previsto para 2023 refere-se ao montante da dívida captada o qual será investido nos anos seguintes.

No ano de 2023, a Companhia investiu R$ 2.854 milhões, dos quais: (i) R$ 28 milhões foram aplicados na aquisição de participações societárias, sendo: (i.i) R$ 20 milhões no incremento da participação do Consórcio Machadinho; e (i.ii) R$ 8 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii) R$ 2.595 milhões na construção de novos projetos, sendo: (ii.i) R$ 1.067 milhões concentrados no Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I; (ii.ii) R$ 1.051 milhões no Conjunto Eólico Serra do Assuruá; (ii.iii) R$ 239 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii.iv) R$ 176 milhões na Novo Estado Transmissora de Energia; (ii.v) R$ 47 milhões na Gavião Real Transmissora de Energia; (ii.vi) R$ 8 milhões na Asa Branca Transmissora de Energia; e (ii.vii) R$ 7 milhões no Sistema de Transmissão Gralha Azul; (iii) R$ 143 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador; e (iv) R$ 88 milhões designados para a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Osório, Miranda e Jaguara.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para os próximos anos referem-se à implantação dos Conjuntos Eólicos Santo Agostinho (Fase I) e Serra do Assuruá, os Sistemas de Transmissão Gavião Real e Asa Branca e do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol.

2022

Transmissão de energia:

Ao final de 2022, foi registrado avanço no desenvolvimento e entrega do projeto básico do empreendimento à Aneel, com a definição das principais características dos equipamentos do projeto do **Sistema de Transmissão Gavião Real**.

Geração de energia:

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em geração, ao fim do ano de 2022, destaca-se os seguintes marcos:

(i) **Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I**: progresso geral da obra atingiu 32,5% de evolução. Esta fase demandará investimentos da ordem de aproximadamente R$ 2,3 bilhões e poderá gerar mais de mil empregos diretos na região, tendo sido viabilizada por meio da venda da energia a clientes do mercado livre. A entrada em operação comercial gradual das unidades geradoras teve início no final do primeiro trimestre de 2023;

(ii) **Conjunto Eólico Serra do Assuruá**: parecer de acesso emitido e contrato de conexão ao grid assinado, autorização regulatória emitida pela Aneel, contratos de direito de uso de superfície assinados e dados de vento. O investimento estimado é da ordem de aproximadamente R$ 6 bilhões e geração de cerca de 3.000 empregos diretos e indiretos na região, com previsão de entrada gradual em operação comercial a partir do segundo semestre de 2024; e

(iii) **Conjunto Fotovoltaico Assú Sol:** o projeto foi adquirido em dezembro de 2021, em estágio avançado de desenvolvimento, com Licença Prévia e contratos fundiários firmados. Com investimento previsto da ordem de aproximadamente R$ 3,3 bilhões, a entrada em operação integral do projeto deve acontecer até o segundo semestre de 2025.

Os investimentos realizados em 31 de dezembro de 2022 estão destacados abaixo:

Financiamento com (Em R$ milhões)	Realizado em 31 de dezembro de 2022
Financiado com dívida	814
Financiado com capital próprio	2.336
	3.150

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu R$ 3.150 milhões, dos quais (i) R$ 861 milhões aplicados na aquisição de participações societárias, sendo: (i.i) R$ 656 milhões nos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu; (i.ii) R$ 182 milhões no Conjunto Eólico Serra do Assuruá; e (i.iii) R$ 23 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii) R$ 2.057 milhões na construção de novos projetos, sendo: (ii.i) R$ 718 milhões concentrados no Sistema de Transmissão Novo Estado; (ii.ii) R$ 694 milhões no Conjunto Eólico Santo Agostinho, (ii.iii) R$ 516 milhões no Conjunto Eólico Serra do Assuruá; e (ii.iv) R$ 129 milhões no Sistema de Transmissão Gralha Azul; e (iii) R$ 186 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador; e (iv) R$ 46 milhões designados para a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para os próximos anos referem-se ao desenvolvimento do Sistema de Transmissão Gavião Real, do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol e Conjuntos Eólicos Serra do Assuruá e Santo Agostinho – Fase I, bem como da modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais, realizados pelas controladas, geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. A controladora capta recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Alienação da subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul")

Em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, em 15 de setembro de 2022, foi assinado o Contrato de Aquisição de Ações (SPA - *Share Purchase Agreement*) entre a Companhia e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), com as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Grafito") e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Space X"). O SPA regula a aquisição, pelos compradores, da totalidade da participação societária que as vendedoras possuem na Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul"), a qual detém a totalidade dos ativos e direitos da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina").

A UTE Pampa Sul, localizada em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de garantia física bruta, vendeu no 20° Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

Com a venda, a Companhia irá receber em caixa o montante de até R$ 450 milhões, previsto para 2024, e a assunção do endividamento líquido de Pampa Sul será realizada pelos compradores, no valor aproximado de R$ 1,6 bilhão. Os compradores irão, inclusive, obter a liberação integral da fiança corporativa prestada pela ENGIE no âmbito do referido endividamento. A assinatura do SPA pela Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15.09.2022.

Tendo em vista que o valor de venda, líquido dos custos, é inferior ao valor contábil dos ativos líquidos da subsidiária, foi reconhecido, em 2022, R$ 191 milhões de provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) nos investimentos no consolidado, sendo R$ 168 milhões na controladora. Entretanto, em função da assinatura do SPA de venda da Usina, em 30.09.2022, a Companhia efetuou a reversão do *impairment* reconhecido, no montante de R$ R$ 43 milhões.

Em 31 de maio de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Pampa Sul. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda (R$ 1.296 milhões negativos) e reversão do *impairment* (R$ 1.243 milhões), foi negativo em R$ 53 milhões.

Alienação de ações da TAG

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de dezembro de 2023, aprovou a celebração do contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre, de um lado, a Companhia, e de outro lado, o Caisse de Dépôt et Placement du Québec ("CDPQ"), por meio de sua subsidiária integral CDP Groupe Infrastructures Inc., com interveniência e anuência da TAG, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação, pela Companhia à CDPQ, de ações de emissão da TAG de titularidade da Companhia representativas de 15% do capital social total da TAG.

O preço base de venda foi de R$ 3.113 milhões, em uma estrutura de porteira fechada (*locked box*), com as devidas correções monetárias até a data de fechamento, em linha com termos usuais em operações do mesmo porte e natureza e conforme previsto no Contrato de Compra e Venda.

Com a efetivação da transação, a Companhia permanecerá acionista da TAG, passando a ser titular direta de ações de emissão da TAG representativas de 17,5% do capital social. Nesse sentido, a Companhia permanecerá vinculada ao acordo de acionistas da TAG, mantendo o grupo de controle atual, em conjunto com a GDF International ("GDFI") e o CDPQ.

Em 10 de janeiro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes, foi concluída a operação de alienação de 15% da participação societária detida pela Companhia na TAG, mediante transferência das ações e liquidação do preço, nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 28 de dezembro de 2023, entre a Companhia, na qualidade de vendedora, pela TAG, na qualidade de interveniente anuente, e pelo Caisse de Dépôt et Placement du Québec, por meio de sua subsidiária integral CDP Groupe Infrastructure Inc., na qualidade de compradora.

A Companhia permanece acionista da TAG, sendo titular de ações representativas de 17,5% do capital social total da TAG, permanecendo o Grupo ENGIE com 50% capital social total da TAG, ambos vinculados ao acordo de acionistas da TAG, mantendo o grupo de controle atual.

Com exceção aos citados acima, na data desta Proposta da Administração, a Companhia não possui outros desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Participação no Leilão de Transmissão nº 01/2023

Em 30 de junho de 2023, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 01/2023, promovido pela Aneel, o Lote 5, localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que totaliza aproximadamente 1.006 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP apresentada pela Companhia foi de R$ 249,3 milhões, com deságio de 42,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 435,9 milhões, e com investimento previsto pela Aneel de R$ 2.667 milhões.

Em 27 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de concessão do referido leilão, o qual foi denominado Asa Branca. A previsão é que as obras iniciem no segundo semestre de 2024.

O prazo da concessão do serviço público de transmissão, incluindo o licenciamento, a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão, será de 30 anos, contado da data de assinatura do contrato de concessão.

Aquisição de conjuntos fotovoltaicos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de outubro de 2023, aprovou a assinatura do contrato de aquisição dos conjuntos fotovoltaicos pela ENGIE Brasil Energia Complementares Participações Ltda., controlada direta da Companhia. Em 28 de outubro de 2023 a ECP e GIP Helios II S.A. ("GIP") assinaram contrato de compra e venda de ações que regula a aquisição da totalidade das ações de emissão da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. ("Atlas Renovável") e da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. ("Atlas Holding 2" e, em conjunto com Atlas Renovável, denominadas "Atlas") e, por consequência, das ações de emissão dos Conjuntos Fotovoltaicos Juazeiro, São Pedro, Sol do Futuro, Sertão Solar e Lar do Sol detidas pela Atlas.

A capacidade instalada e a capacidade comercial dos parques totalizam 545 MW médios e 145,1 MW médios, respectivamente. O valor total de aquisição será de aproximadamente R$ 3.240 milhões, dividido entre o preço da compra, no montante de até R$ 2.269 milhões e o endividamento líquido da Atlas, no valor aproximado de R$ 971 milhões, que passará a ser consolidado. Os valores envolvidos poderão ser modificados (*earn-out*), de acordo com o atingimento de determinadas condições previstas no contrato, estando sujeitos a ajustes até a data do fechamento da operação. O fechamento da operação está previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2024.

c. Novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Entre os projetos em andamento, destacam-se:

- **Ferramenta computacional para detecção, identificação e quantificação de perdas energéticas em usinas fotovoltaicas:** Alinhado aos objetivos de expansão em geração de energia renovável complementar, o projeto, desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), prevê a detecção de falhas em sistemas fotovoltaicos, por meio de aprendizado de máquina (*machine learning*) e modelagem física.
- **MagAnalyzer:** Trata-se de um sistema de monitoramento contínuo do campo magnético criado no entorno de geradores síncronos de usinas hidrelétricas, a fim de detectar anormalidades que indiquem a presença de faltas em estágio inicial ou em evolução. A invenção, ao final de 2023, percorria as últimas fases da cadeia de inovação, visando à industrialização do produto.

Também foram iniciados os trabalhos para o desenvolvimento do projeto "Valoração dos Serviços de Usinas Hidrelétricas e Proposições Comerciais". Com duração de 22 meses e investimentos estimados em R$ 3,3 milhões, o objetivo é quantificar os chamados "atributos de hidrelétricas", valorando os serviços de qualidade e a segurança de suprimento oferecida por esses ativos. Com centenas de usinas em cascata no país e uma capacidade de acumulação expressiva nos reservatórios, o projeto traz boas perspectivas de valorização das usinas no mercado, especialmente levando em conta estudos já existentes que consideram um cenário futuro com leilões de capacidade e exportação de energia vertida turbinável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Orientada a impactar de forma positiva as pessoas e o planeta, a ENGIE Brasil Energia adota, historicamente, políticas e práticas sociais, ambientais e de governança que a alçaram ao grupo de empresas referência em sustentabilidade no país. Além da confiança dos *stakeholders*, que compartilham da visão de longo prazo e propósito da Companhia, essa referência tem se manifestado por meio de prêmios e reconhecimentos conquistados ao longo dos últimos anos – entre os quais se destaca a presença contínua no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, desde 2005.

A Política de Gestão Sustentável da ENGIE Brasil Energia baliza sua atuação ASG em cinco frentes fundamentais: Governança, Qualidade, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social. Derivadas dessa Política, diretrizes corporativas apoiam a agenda de sustentabilidade corporativa de forma transversal, ancoradas nos Objetivos não Financeiros do Grupo ENGIE, a serem alcançados, em âmbito global, até 2030 – alinhados à Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tais objetivos, assumidos publicamente em 2020 incluem aspectos vinculados, especialmente, à geração de energia renovável, à promoção da equidade de gênero e ao combate às mudanças de clima, conforme descrito a seguir:

- **Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Reduzir para, no máximo, 43 MtCO2e o total de emissões de gases de efeito provenientes da geração de energia elétrica do Grupo — em 2019, esse total foi de 80 MtCO2e (meta alinhada à iniciativa Science Based Target – SBTi).

- **Diversidade de Gênero:** Ampliar para 50% a participação de mulheres na Administração do Grupo — em 2019, elas ocupavam 24% das posições de liderança.
- **Energias Renováveis:** Elevar a 58% a participação de fontes renováveis no mix de capacidade de produção de energia mundialmente — ante os 28% registrados em 2019.
- **Cadeia de Fornecedores:** Atingimento de 100%, até 2030, do índice de compras responsáveis (excluída a aquisição de energia), que envolvem avaliações socioambientais e compras inclusivas; e atingimento de 100%, até 2030, dos top 250 fornecedores preferenciais certificados por compromissos Science Based Targets (SBTi).
- **Água:** Atingir consumo de água em relação à energia produzida de 0,1 m3/kWh.

Orientada à sustentabilidade, a gestão dos temas socioambientais e de governança é compartilhada entre diferentes áreas corporativas, que asseguram a inserção de aspectos ESG em planos estratégicos de todas as frentes de negócio. O Conselho de Administração supervisiona o tema, por meio de reportes regulares das áreas e da atuação do Comitê de Sustentabilidade, do qual recebe atualizações a cada semestre. Em 2023, o Comitê teve sua composição e dinâmicas reestruturadas, para que a interação com os conselheiros seja ainda mais efetiva. O Comitê tem como coordenadora a Diretora de Processos, Pessoas e Sustentabilidade.

O contexto dos temas materiais para a sustentabilidade está condensado no *Balance Scorecard* corporativo, com base em todos os elementos descritos - Políticas, Objetivos Não Financeiros, *frameworks* e agendas de desenvolvimento sustentável, bem como orientações da Administração, perspectivas e estratégias do negócio. Assim, resulta em compromissos estratégicos e táticos ESG para todas as unidades operacionais, integrando os objetivos anuais da Companhia.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Conclusão da implantação dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul (“Gralha Azul”) e Novo Estado (“Novo Estado”)

Em fevereiro de 2023, o Sistema de Transmissão Gralha Azul entrou em operação integral a partir da energização do trecho que percorre a zona urbana e rural das cidades de Ponta Grossa, Imbituva e Irati. Gralha Azul teve as primeiras linhas energizadas em 2021, antecipando em 16 meses o prazo previsto no contrato de concessão.

No mesmo período, a Novo Estado Transmissora finalizou a implantação do Sistema de Transmissão Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral de Novo Estado. A operação comercial iniciou em dezembro de 2021 e teve sua finalização dentro do prazo estabelecido pela Aneel.

Entrada em operação do Conjunto Eólico Santo Agostinho

Em 23 de março de 2023 a Companhia recebeu autorização na Aneel para iniciar a operação comercial da unidade geradora 01 da Eólica Santo Agostinho 14, com capacidade instalada de 6,2 MW, o qual faz parte do Conjunto Eólico Santo Agostinho, empreendimento composto por 14 parques eólicos, com 70 aerogeradores e capacidade instalada total de 434 MW.

Contrato de modernização UHE Jaguara

Em 25 de julho de 2023, a Companhia, através de sua controlada Companhia Energética Jaguara, celebrou contrato de modernização da Usina Hidrelétrica Jaguara, localizada em Rifaina, no estado de São Paulo. Com capacidade instalada de 424 MW, a usina está em operação desde 1971.

O acordo inclui a modernização de quatro unidades geradoras, com capacidade de 106 MW cada, geradores, turbinas, reguladores de velocidade e tensão, sistema digital de supervisão e controle, sistema de proteção e todos os sistemas auxiliares relacionados, no valor de R$ 516 milhões e tem previsão de execução de quatro anos, entre os anos de 2025 e 2028.

Emissão de debêntures

A Companhia emitiu debêntures com o objetivo de formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia. Em 07 de dezembro de 2023, ocorreu a liquidação financeira da 11ª emissão de debêntures simples, no valor total de R$ 2.500 milhões, em 5 séries.

Impactos da guerra na Ucrânia e do conflito entre Israel e o Hamas

A Companhia não possui contratos com nenhuma parte envolvida em nenhum dos conflitos. Seguirá acompanhando os desdobramentos. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento, a Companhia não estima efeitos significativos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Inovação

Mais do que um importante fator de competitividade, a ENGIE Brasil Energia vislumbra na inovação um caminho promissor para o enfrentamento dos desafios que preocupam a sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável. De forma colaborativa, aliando ciência, tecnologia e capital humano, a Companhia estimula ideias que gerem impacto positivo no mundo, focadas em eficiência energética, fontes renováveis, cidades inteligentes e sustentabilidade. A colaboração ocorre internamente e por meio de parcerias externas.

A gestão da inovação na ENGIE Brasil Energia é conduzida pelas seguintes frentes:

- **Fórum de Inovação:** responsável pelo planejamento estratégico, incluindo a definição das prioridades de investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Composto por diretores e gerentes de diferentes áreas.

- **Núcleo tático de inovação:** aprova investimentos em inovações incrementais e monitora contextos de inovação, incluindo novas tecnologias, informações de mercado, potenciais clientes e atualizações regulatórias. Tem a atribuição de disseminar a cultura da inovação na ENGIE e de aprovar critérios para a avaliação das ideias apresentadas a partir do INOVE, programa de intraempreendedorismo da Companhia. O Núcleo é formado por colaboradores de diferentes áreas e cargos.

- **Coordenação de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento:** equipe dedicada exclusivamente à área, com profissionais de diferentes formações acadêmicas, que coordena iniciativas relacionadas, tais como Programa INOVE, Programa de PDI ANEEL, Inovação Aberta, enquadramento de projetos na Lei do Bem, gestão da propriedade intelectual e royalties, fomento para premiações internas (premiação Re-Conhece) e internacionais do grupo (One Engie Awards).

Em 2023, a ENGIE Brasil Energia participou ativamente da Consulta Pública nº 012/2023, relativa ao Plano Estratégico Quinquenal de Inovação — PEQuI 2023–2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Aneel. Conforme as determinações da Lei nº 9.991/2000, é obrigatória a destinação de 1% da receita operacional líquida anual das empresas do setor elétrico em atividades de PDI.

Além de participar das audiências e *workshops* atrelados à Consulta Pública, a Companhia submeteu contribuições e manteve articulação com associações que representam Transmissoras de Energia (ABRATE) e Produtores Independentes de Energia (APINE), para somar esforços na construção de propostas.

O PDI da Aneel representa um dos mecanismos mais relevantes para a prática da inovação na ENGIE Brasil Energia. Ao todo, a Companhia já investiu mais de R$ 200 milhões em quase 200 projetos executados por meio de parcerias com empresas, universidades e instituições de pesquisa, fomentando o modelo *open innovation*. Em 2023, foram destinados mais de R$ 59,6 milhões ao Programa, distribuídos da seguinte forma:

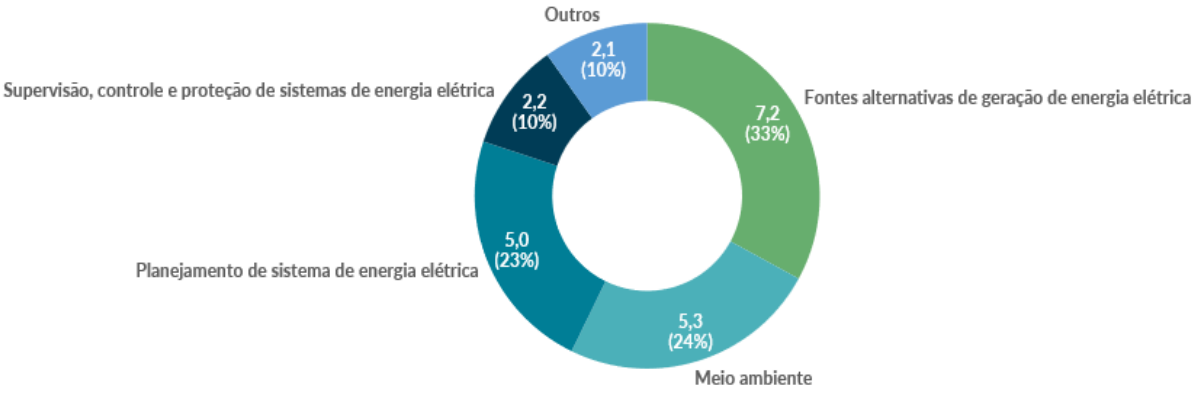
- R$ 23,9 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);

- R$ 11,9 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);

- R$ 7,1 milhões à conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para custeio da modicidade tarifária;

- R$ 16,7 milhões a serem aportados em projetos de PDI.

O volume investido pela ENGIE Brasil Energia nos 15 Projetos em curso em 2023, que utilizam recursos do saldo disponível para aportes em PDI Aneel, foi de R$ 21,8 milhões, distribuídos nas temáticas conforme gráfico. Se considerarmos o valor despendido desde o início de cada um dos projetos em vigência, o montante passa de R$ 73 milhões.



Patentes

Em 2023, a ENGIE Brasil Energia conquistou duas patentes de inovação. A primeira delas é o "Método para imageamento térmico do estator de um gerador empregando sensores distribuídos" desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A invenção trouxe um novo modo de monitoramento da temperatura dos estatores, a partir de sensores ópticos. O imageamento térmico permite a identificação precoce de pontos quentes e possíveis falhas no isolamento do estator, o que aumenta a disponibilidade operativa e evita custos de manutenção, bem como paradas prolongadas das máquinas.

A segunda patente foi conquistada com o "Sistema e método para determinação de rendimento de motores de indução trifásicos (MIT) em operação", desenvolvido junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O equipamento é capaz de estimar o valor das perdas energéticas de motores elétricos trifásicos, sem tirá-los de operação, ou seja, o método é não intrusivo. As informações geradas subsidiam a tomada de decisões sobre a eficiência energética dos motores.

Proteção à Ictiofauna

Um projeto da ENGIE Brasil Energia desenvolvido por meio do PDI da Aneel recebeu o 29º Prêmio Expressão de Ecologia 2022/2023, na categoria Tecnologia. Com um investimento de cerca de R$ 6 milhões, foi desenvolvido um *software* inédito no mercado, voltado à proteção da ictiofauna no entorno das hidrelétricas. O *software* foi integrado ao sistema operacional da Usina Hidrelétrica Machadinho, onde foi realizado o piloto do projeto, para monitorar a atividade e o volume de biomassa do peixe pintado-amarelo no tubo de sucção da Usina.

Outro fato relevante foi o início do recebimento de *royalties*, pela Companhia, devido à comercialização de aerogeradores nacionais, desenvolvidos em parceria com a WEG e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), por meio de outro projeto PDI da Aneel. Com potência nominal de 4,2MW, a máquina é o primeiro aerogerador nacional e foi o maior projeto de P&D da ENGIE no Brasil – foram aproximadamente R$ 80 milhões investidos pela Companhia. A previsão é que mais de R$ 8 milhões em *royalties* sejam recebidos nos próximos anos, pela participação no desenvolvimento da tecnologia.

Os *royalties* recebidos em 2023 são relativos a 17 aerogeradores instalados no país em 2022. Além de confirmar o valor estratégico da inovação para geração de valor, a iniciativa se mostrou benéfica para todos os agentes do mercado que usufruem das soluções desenvolvidas, como a cadeia envolvida na concepção, testagem, implantação e operação de plantas eólicas no país.

Inovação corporativa

Na ENGIE Brasil Energia, o fomento à inovação constitui as bases da cultura corporativa, com destaque para o Inove – programa interno que estimula sugestões inovadoras, voltadas a melhorias operacionais e processuais e à criação de novos produtos e serviços, incluindo o uso de novas tecnologias e o desenvolvimento de projetos pertinentes a aspectos ESG. Todos os colaboradores, de todos os níveis hierárquicos e áreas, podem participar e as ideias aprovadas recebem recursos para implantação efetiva, reconhecendo e recompensando seus autores.

Inove em números – 2023

- 249 colaboradores diretamente envolvidos
- 136 iniciativas cadastradas
- R$ 1,1 milhão em investimentos
- R$ 5,8 milhões de retorno estimado ou custo potencialmente evitado

Além do Inove, outras ações foram realizadas em 2023 para fortalecer a cultura de inovação:

- 1º Encontro Virtual de Inovação com equipes das Usinas Hidrelétricas, para o compartilhamento de soluções implementadas nos ativos;
- Café com Inovação: encontros mensais nos ambientes internos da ENGIE para disseminar os mecanismos de fomento à inovação disponíveis;
- *Workshop* de mapeamento de oportunidades de inovação dentro do setor de operação e manutenção;
- Imersão em ecossistemas distribuídos pelo Brasil, como o de São Luís (MA), Florianópolis (SC) e Bridge Ecosystem, da USP - São Paulo (SP), além de *benchmarking* com empresas inovadoras de diferentes setores; e
- Reconhecimento corporativo das melhores iniciativas de inovação apresentadas em 2022 e 2023, com entrega de troféus às equipes vencedoras.

Inovação aberta

A ENGIE Brasil Energia integra o LinkLab, programa da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate) que conecta grandes e pequenas empresas, facilitando a contratação ágil de serviços e soluções do ecossistema de startups de todo o Brasil. Essa conexão permite implementar projetos de curta duração e baixo custo e desenvolver Provas de Conceito (*Proof of Concept* – POC) que, se validadas, podem evoluir para soluções aplicáveis aos negócios.

Quando surgem desafios específicos, a Companhia tem como prática abrir chamadas de projetos, estabelecendo um canal para que proponentes diversos possam sugerir soluções, em linha com o modelo *Open Innovation*.

Lei do Bem

A Companhia também se utiliza dos benefícios da chamada Lei do Bem, que visa incentivar a pesquisa e inovação tecnológica, via incentivo fiscal. No primeiro semestre de 2023, 51 projetos inovadores foram identificados pela Companhia no âmbito desse mecanismo, com a participação de cerca de 160 colaboradores. Os benefícios fiscais aplicados a esses projetos somam R$ 4,8 milhões.

Lei do Bem – Números

- Colaboradores diretamente envolvidos – 159
- Projetos enquadráveis em 2023 – 51
- Benefícios fiscais – R$ 4,8 milhões

Venture Capital

Em 2023 a ENGIE Brasil Energia concluiu o seu primeiro investimento no modelo de *Venture Capital*. A plataforma digital da Descarbonize, *startup* sediada em Florianópolis, oferece serviços para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das empresas, automatizando e simplificando o cálculo e a gestão das emissões anuais das pequenas e médias empresas, além de eventos. A ENGIE viu na parceria uma oportunidade de poder escalar num mercado de varejo e ampliar o alcance da jornada de descarbonização de clientes e parceiros.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

Artigo 10ª Resolução CVM 81/22 – Parágrafo único, Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da Resolução CVM 81/22:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 3.430 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1.907 milhões [1]
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 2,33679384759 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	Equivalente a 55% do lucro líquido ajustado [2]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	No exercício de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos de exercício anteriores, sendo eles: - Dividendos adicionais do exercício de 2022, no valor de R$ 1.455 milhões, correspondente a R$ 1,78344073619 pagos no dia 26.09.2023.
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 995 milhões de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, para ações ordinárias, correspondente a R$ 1,21880323443 por ação.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Diretoria Executiva, conforme deliberado pelo Conselho de Administração.

[1] O montante global dos dividendos, de R$ 1.907 milhões, inclui os montantes de R$ 767 milhões e R$ 145 milhões relativos a dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, respectivamente, indicados no item 6 "a", e os montantes de R$ 273 milhões e R$ 722 milhões, relativos a dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos, indicados no item 5 "a". O montante global dos dividendos é equivalente, portanto, a 55% do lucro líquido distribuível.

[2] Lucro líquido ajustado corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal, de Incentivos Fiscais e de Lucros, ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), pelos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, reconhecidos na conta "Lucros Acumulados".

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável.
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data considerada para identificação dos acionistas que terão direito aos dividendos mínimos e adicionais é dia 06.05.2024, sendo a data ex dia 07.05.2024.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 767 milhões de dividendos intercalares e R$ 145 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio.
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	O pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 27.12.2023 e dos juros sobre o capital será definida pela Diretoria Executiva.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2023 = R$ 4,2032581171 por ação ordinária 2022 = R$ 3,2638656730 por ação ordinária 2021 = R$ 1,9164997904 por ação ordinária 2020 = R$ 3,4281105638 por ação ordinária
b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2023 = R$ 2,33679384759 por ação ordinária 2022 = R$ 3,3162954344 por ação ordinária 2021 = R$ 1,7149994166 por ação ordinária 2020 = R$ 2,4717315830 por ação ordinária

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal	
a) Identificar o montante destinado à reserva legal	Em 2023, não houve montante destinado, pois em 2021 a Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social.
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.
9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável.
10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da Companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base nele. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1° do artigo 182 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.
b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável.

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável.
b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável.
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável.
12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável.
b) Identificar a perda considerada provável e sua causa	Não aplicável.
c) Explicar por que a perda foi considerada provável	Não aplicável.
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável.
13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável.
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável.
14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável.
b) Identificar o montante destinado para reserva	Não aplicável.
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável.

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	R$ 1.560 milhões.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

(Em milhões de reais)

Fontes de recursos	2024	2025	2026	Total
Retenção de lucros do exercício de 2023 (Artigo 196 da Lei das S.A.)	1.560	-	-	1.560
Capital de terceiros e geração interna de caixa	4.913	3.884	759	9.556
Total das fontes	**6.473**	**3.884**	**759**	**11.116**
Aplicação dos recursos				
Sistema de Transmissão Asa Branca	513	1.876	553	2.942
Sistema de Transmissão Gavião Real	18	-	-	18
Conjunto Eólico Serra do Assuruá	3.506	1.076	-	4.582
Conjunto Fotovoltaico Assu Sol	2.074	695	-	2.769
Conjunto Eólico Santo Agostinho	16	-	-	16
Modernização de Salto Osório	59	3	-	62
Modernização de Jaguara	97	143	130	370
Modernização de Miranda	2	1	-	3
Manutenção do parque gerador	188	90	76	354
Total das aplicações	**6.473**	**3.884**	**759**	**11.116**

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado para reserva	R$ 9 milhões

b) Explicar a natureza da destinação

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício – Usinas Ponte de Pedra e São Salvador, com base no Art. 626 do Decreto nº 9.580/2018, conforme demonstrado a seguir:

Em R$ milhões	31.12.2022
Lucro da exploração	**48**
Imposto de renda nominal (15%)	7
Adicional de imposto de renda	5
Imposto de renda calculado	**12**
Incentivo fiscal (%)	75%
Incentivo fiscal	**9**

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Artigo 11° RCVM 81/22 – Inciso I – Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger Administradores ou membros do Conselho Fiscal, a companhia deve fornecer no mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, relativamente aos candidatos pela Administração ou pelos acionistas controladores.

7.3 Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela, o nome, data de nascimento, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data de posse, prazo do mandato, se foi eleito pelo controlador ou não, se é membro independente, principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, descrição de eventos ocorridos nos últimos 5 anos como condenação criminal, condenação em processo administrativo e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa e caso o Conselheiro de Administração e Fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2023
Maurício Stolle Bähr	**17.09.1957**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
748.528.847-49	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		12 (doze)	AGO 2026	100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	**14.01.1948**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
EP293989	Engenheiro	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		11 (onze)	AGO 2026	100%
Manoel Arlindo Zaroni Torres	**18.12.1949**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
115.116.056-34	Engenheiro	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		12 (doze)	AGO 2026	28,57%
Pierre Jean Bernard Guiollot	**21.04.1968**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
12CE76848	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		4 (quatro)	AGO 2026	50%
Paulo Jorge Tavares Almirante	**24.08.1964**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
CC963390	Engenheiro	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		4 (quatro)	AGO 2026	64,29%

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2023
Paulo de Resende Salgado	**02.07.1945**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
161.008.917-00	Economista	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê de Auditoria (Coordenador)		3 (três)	AGO 2026	92,86%
Manoel Eduardo Lima Lopes	**07.07.1943**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
046.227.237-00	Contador	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	25.04.2024	Não
Membro do Comitê de Auditoria		2 (dois)	AGO 2026	100%
Gil de Methodio Maranhão Neto	**18.01.1963**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
734.574.937-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		9 (nove)	AGO 2026	50%
Karin Koogan Breitman	**18.04.1969**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
375.914.877-87	Engenheira	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25.04.2024	Sim
-		3 (três)	AGO 2026	100%
Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarrel De Verneuil	**29.05.1980**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
21EC15602	Geógrafa	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		0 (zero)	AGO 2026	0%
Antonio Alberto Gouvêa Vieira	**31.08.1955**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
338.907.227-68	Advogado	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		9 (nove)	AGO 2026	64,29%
Gustavo Henrique Labanca Novo	**05.03.1968**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	Não
000.674.107-07	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Sim
Membro do Comitê Estratégico		3 (três)	AGO 2026	42,86%
Raquel da Fonseca Cantarino	**16.10.1972**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Sim**
025.407.357-38	Administradora	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	25.04.2024	Não
-		3 (três)	AGO 2026	28,57%
Pierre Leblanc	**06.08.1967**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
17EF48639	Administrador	23 – Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		0 (zero)	AGO 2026	**0%**

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2023
Rubens José Nascimento	**11.12.1963**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
564.610.629-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25.04.2024	Sim
-		2 (dois)	AGO 2026	42,86%
Carlos Alberto Vieira	**23.12.1954**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
288.477.179-49	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Não
-		0 (zero)	AGO 2026	0%
Sylvie Marie Vicente ep. Credot	**16.11.1976**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
21CK23382	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		2 (dois)	AGO 2026	50%
Felisa Del Carmen Ros	**13.07.1967**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**25.04.2024**	**Não**
AAG542023	Engenheira Civil	23 – Conselho de Administração (Suplente)	25.04.2024	Sim
-		0 (zero)	AGO 2026	0%

CONSELHO FISCAL (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.F. de 2023
Carlos Guerreiro Pinto	**17.06.1942**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Não**
047.615.457-04	Administrador	43 - C.F. (Efetivo) - Indicado pelo controlador	25.04.2024	Sim
-		14 (quatorze)	AGO 2025	100%
Waltamir Barreiros	**04.08.1953**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Não**
242.690.507-72	Contador	43 - Presidente do C.F. (Efetivo) - Indicado pelo controlador	25.04.2024	Sim
-		5 (cinco)	AGO 2025	100%
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	**03.04.1952**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Não**
269.006.377-87	Contador	46 - C.F. (Suplente do Waltamir Barreiros) - Indicado pelo controlador	25.04.2024	Sim
-		17 (dezessete)	AGO 2025	0%
Anderson Paiva Martins	**31.03.1979**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Sim**
077.424.247-70	Contador	45 - C.F. (Efetivo) - Indicado p/ Minor. Ordinaristas	25.04.2024	Não
-		4 (quatro)	AGO 2025	80%
Vespasiano Pinto Salerno	**25.01.1960**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Não**
552.435.097-87	Contador	46 - C.F. (Suplente do Carlos Guerreiro Pinto) – Indicado pelo controlador	25.04.2024	Sim
-		3 (três)	AGO 2025	100%
Jorge Miguel de Bessa Menezes	**24.01.1966**	**Conselho Fiscal**	**25.04.2024**	**Sim**
837.714.927-34	Contador	48 - C.F. (Suplente do Anderson Paiva Martins) – Indicado p/ Minor. Ordinaristas	25.04.2024	Não
-		1 (um)	AGO 2025	60%

Maurício Stolle Bähr - 748.528.847-49

Nascido em 17.09.1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente é responsável pela área de energia renovável da ENGIE na América Latina, CEO do Grupo ENGIE no Brasil e Presidente do Conselho de Administração Energia Sustentável do Brasil S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert – EP293989

Nascido em 14.01.1948, é Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Ghent (Bélgica). Participou do Programa de Gestão CEDEP em Fontainebleau, França. Em 1990 foi Chefe da geração convencional da Electrabel e foi nomeado para o Comitê de Gestão Electrabel e como Presidente do Conselho de Trabalho e Recybel, e diretor de várias empresas. Em 2000 tornou-se CEO da Tractebel Electricity & Gas International e membro do Tractebel General Management Committee. Em 2003, ele também foi nomeado vice-presidente executivo da SUEZ. Em 2009 tornou-se vice-presidente executivo da GDF SUEZ. Em 2011 foi nomeado Presidente do International Power Board e, em 2013, também se tornou Conselheiro de Gérard Mestrallet, Presidente e CEO do GDF SUEZ. Em 2013 tornou-se CEO da linha de negócios da European Energy. Em 2015, aposentou-se da ENGIE e deixou o cargo de CEO da Electrabel. Atualmente é membro do Conselho de Administração e do Comitê Estratégico da Companhia; gestor da sua empresa Beeuwsaert Management CV e, desde 2014, também é membro do conselho da Tplus na Rússia e, desde 2017, vice-presidente do comitê de investimentos da AMEA em AbuDhabi.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Manoel Arlindo Zaroni Torres - 115.116.056-34

Nascido em 18.12.1949, é Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Em 2015, participou do "Leading from the Chair" programme – INSEAD – França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e em 1998, passou a integrar a diretoria da ENGIE Brasil Energia S.A., quando atuou como Diretor de Operação. De 1999 a 2016 exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia e de algumas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) controladas pela Companhia. Foi membro do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. e da Eternit; presidente do Conselho Plenário do Comitê Gestor do Consórcio Machadinho; e membro do Conselho Superior de Formulação Estratégica da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia e da Energia Sustentável do Brasil.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Pierre Jean Bernard Guiollot - 12CE76848

Nascido em 21.04.1968, graduado em Serviços Públicos pela Sciences Po Paris. Ingressou na ENGIE em 1997, onde de 2004 até 2012 atuou como Head contábil na ENGIE S.A. Em 2013, tornou-se Diretor Financeiro da divisão internacional de energia da ENGIE S.A. e tornou-se Diretor Financeiro Adjunto do Grupo em 2016. Em julho de 2021, foi nomeado Diretor Financeiro da Unidade de Negócios Globais de Renováveis da ENGIE. Ele também é membro do Conselho da GTT, uma entidade listada na França.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo Jorge Tavares Almirante – CC963390

Nascido em 24.08.1964, é engenheiro com mestrado em engenharia mecânica pela Universidade Técnica de Lisboa, diplomado em estudos de gestão pela Universidade Católica de Lisboa e participou do programa global de desenvolvimento de liderança da London Business School. Possui mais de 25 anos de experiência nas indústrias de energia elétrica e gás. De 2005 a 2013, foi diretor de PLC internacional da região ibérica, responsável pela gestão executiva de negócios em Portugal e Espanha; de 2013 até o início de 2016, foi CEO da Trustenergy, responsável pela gestão executiva dos negócios da ENGIE Europa em Portugal, e CEO da Portgás, concessionária para a implantação de uma rede de gás natural em 29 municípios portugueses; de 2016 a 2018, foi CEO da Business Unit Generation Europe e de 2018 a 2021 foi Diretor de Operações do Grupo. Atualmente Vice-Presidente Executivo Sênior encarregado de atividades renováveis – Gestão de Energia & Nuclear na ENGIE. Ainda, foi membro do comitê consultivo regulador de energia de Portugal e é vice-presidente da associação portuguesa de indústria de energia elétrica.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo de Resende Salgado - 161.008.917-00

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A.; como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.; e como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Manoel Eduardo Lima Lopes - 046.227.237-00

Nascido em 07.07.1943, é formado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Auditor Geral e Superintendente de Contabilidade e Controle no Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BANERJ), consultor e diretor do Banco Clássico S.A. e Gerente de Controle da IRB – Brasil Resseguros S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia até abril de 2020. Atualmente é diretor do Banco Clássico S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia do Gás do Rio de Janeiro. É membro do Comitê de Auditoria Estatutário da ENGIE Brasil Energia S.A. desde maio de 2020.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Gil de Methodio Maranhão Neto - 734.574.937-15

Nascido em 18.01.1963, é Engenheiro Civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. É membro do Comitê Executivo da ENGIE no Brasil, responsável pelas áreas de Comunicação, Meio Ambiente, Responsabilidade Social Corporativa e Carbono. Atua também na coordenação dessas áreas no hub regional da ENGIE da América do Sul. Juntou-se à ENGIE em 1996, quando ingressou na Tractebel Energy and Gas International, empresa com sede na Bélgica, como o gerente delegado para o Brasil. Trabalhou em diversas outras atividades, como desenvolvimento de negócios, fusões e aquisições, inovação, estratégia e relações comerciais e institucionais, além de conselhos de empresas da ENGIE no Brasil. Atualmente é suplente do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia. É também membro eleito do Conselho de Administração da International Hydropower Association, membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro, e Oficial da Ordem do Rei Leopoldo da Bélgica.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Karin Koogan Breitman – 375.914.877-87

Nascida em 18.04.1969, formada em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia de Software pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências da Computação pela Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira, foi professora de Ciência da Computação na PUC-Rio, onde liderou projetos em conjunto com a NASA, HP, IBM e Microsoft. Mais tarde, ela se juntou à EMC e atuou como cientista-chefe no centro de P&D por um período de quatro anos. Autora de mais de cem patentes combinadas (Microsoft, EMC e Dell), livros e artigos científicos. Já atuou no Conselho de Profissionais da ACM e como especialista na Comissão Europeia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. É membro da Sociedade Brasileira de Computação, ACM e IEEE e atualmente atua no Conselho Consultivo Técnico da Research Data Alliance e da COPPEAD e é Diretora na Rio Tinto.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarrel De Verneuil - 719.253.721-70

Nascida em 29.05.1980, geógrafa, iniciou sua carreira em 2004 como consultora de gestão na Capgemini Consulting, encarregada de projetos de transformação de RH para grandes grupos como BP, o grupo naval francês DCN e o Ministério da Defesa francês. Ela ingressou no Grupo em 2008 como Chefe de Planejamento de RH. Depois de contribuir durante cinco anos para a transformação das atividades BtoC na França, principalmente como Diretora de Atendimento ao Cliente, retornou à linha de RH em 2019, combinando as responsabilidades de Diretora de Recursos Humanos e Comunicação para BU France Networks. Em janeiro de 2020, ingressou na ENGIE Solutions como Diretora de Transformação, também responsável pela estratégia e comunicação. Em 2021, ela foi nomeada Diretora de Recursos Humanos, Comunicação e Saúde e Segurança para GBU Networks e, em maio de 2023, assumiu seu cargo atual como VP de RH para a América do Sul e Chefe de RH no Brasil.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio Alberto Gouvêa Vieira - 338.907.227-68

Nascido em 31.08.1955, é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, cursou pós-graduação em Administração de Empresas pela mesma universidade. Sócio do Gouvêa Vieira Advocacia, participou nos Conselhos de Administração das empresas: Companhia Vidraria Santa Marina (Saint Gobain), de 1992 a 2003; Alcatel Telecomunicações S.A., de 1990 a 2002; Sociedade Francesa e Brasileira de Ensino - Lycée Moliere de 1995 a 2021; Eternit S.A., de 1996 a 2000; da Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem de 1996 a 2021; Telesp Celular Participações S.A., de 1998 a 2001; e Acesita S.A. (ArcelorMittal Inox Brasil), de 1999 a 2008, e do Conselho Fiscal da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), de 2000 a 2001, foi Presidente do Conselho Consultivo do Banco Calyon Brasil S.A., de 2000 a 2007. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Boa Esperança S.A. e do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Gustavo Henrique Labanca Novo – 000.674.107-07

Nascido em 05.03.1968, é formado em engenharia eletrônica pela Universidade Gama Filho com MBA Executivo pela COPPEAD (UFRJ) e Pós-Graduação em Avaliação de Empresas e Projetos pela FGV-RJ. Ingressou na ENGIE em 1998. Desde junho de 2019 é o CEO da TAG, tendo assumido em Julho/2021, o cargo de Chefe de Operações Brasil para GBU Networks (Unidade Global de Negócios Infraestrutura) na ENGIE. Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE Brasil, responsável pelo crescimento orgânico (greenfield projects) e inorgânico (M&A). Antes disso, ocupou os cargos de Gerente de Desenvolvimento de Negócios, Analista Financeiro, Gerente Financeiro Sênior, VP de Finanças e AIFA (Aquisição, Investimentos e Consultoria Financeira) e VP de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE.

Labanca é graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Gama Filho. Possui pós-graduação em Corporate Finance & Valuation pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - RJ), em Engenharia Nuclear pela ABDAN / ABDIB / COPPE pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e MBA Executivo pela COPPEAD, escola de negócios da UFRJ.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Raquel da Fonseca Cantarino – 025.407.357-38

Nascida em 16.10.1972, é formada em Direito pela Universidade Estácio de Sá e em Administração de Empresas pela Universidade Bennett, com Pós-Graduação em Gestão Financeira pela FGV. De 1991 a 1997 foi Analista de O&M na Federal de Seguros S.A. Atualmente é Diretora Vice-Presidente do Banco Clássico S.A., acompanhando e controlando as operações financeiras de compra e venda de papéis, renda fixa, bolsa de valores e fundo de investimento, obedecendo à política operacional determinada pela Presidência.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declarou, ainda, que atende todos os critérios previsto no Regulamento do Novo Mercado, conforme definido no artigo 16, parágrafos 1º e 2º, para seu enquadramento como Conselheiro Independente.

Pierre Auguste Gratien Leblanc - 17EF48639

Nascido em 06.08.1967, é administrador formado pela Bordeaux Business Management, França. Em 1991 foi Auditor na KPMG. A partir de 1995 exerceu alguns cargos na CARGILL e em 1999 tornou-se Diretor Financeiro. Em 2004 foi chefe da auditoria interna da GAZ DE FRANCE. Em 2008 desempenhou diversos cargos na GDF SUEZ e assumiu em 2012 o cargo de Vice-presidente de performance e tecnologia da informação. Em 2014 foi para a ENGIE B2C e foi Diretor Financeiro e Chefe de B2C. Em 2016 foi para a GBS e hoje atua como Chefe Global das finanças da GBS.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rubens José Nascimento – 564.610.629-04

Nascido em 11.12.1963, é formado em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Pós-graduação em Gestão da Qualidade e Produtividade pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Iniciou carreira na Eletrosul, no ano de 1987, como engenheiro de Manutenção de Usina. Em 1998, com a migração para a Gerasul, passou a integrar o quadro do Departamento de Operação e Manutenção. Em 2000 passou a coordenar as ações de manutenção de Sistemas, com trabalhos de abrangência nacional. Em 2011 passou à condição de Gerente da Área de Manutenção de Sistemas da Tractebel Energia. Foi membro titular do Conselho Deliberativo da Previg Sociedade de Previdência Complementar, entidade patrocinadora da ENGIE Brasil Energia. Atualmente é Gerente da Unidade Organizacional Engenharia de Manutenção de Ativos de Sistemas da ENGIE Brasil Energia.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Alberto Vieira – CPF 288.477.179-49

Nascido em 23.12.1954, é contador, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bacharel em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL com Pós- graduação em Direito Previdenciário pela Unicuritiba - Instituição de Ensino Superior em Curitiba - Paraná. Iniciou carreira na Eletrosul, no ano de 1977, como contabilista. Em 1998, com a migração para a Gerasul, no quadro do Departamento de Contabilidade e oportunamente na área de Planejamento Tributário, como Analista Processos Fiscais, neste período foi Juiz Classista representante dos empregados junto ao TRT 12 - Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Foi também membro titular do Conselho Deliberativo da Previg - Sociedade de Previdência Complementar, entidade patrocinada pela Engie Brasil Energia S/A. Foi coordenador da Intersindical dos Engenheiros, Técnicos Industriais, Administradores, Economistas e Contabilistas até fevereiro de 2024.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sylvie Marie Vicente ep. Credot - 11CA88390

Nascida em 16.11.1976, é formada em Direito com aprovação ao equivalente exame da Ordem dos Advogados em Paris em 2003. De 2013 a 2018, Conselheira Geral e Diretora de Ética, Secretária Corporativa e Diretora de RH da Storengy, sociedade responsável pela atividade de Armazenamento Subterrâneo de Gás do Grupo ENGIE. De 2018 a julho de 2021, Conselheira Geral e Diretora de Ética da ENGIE GBS Legal. Atualmente é Diretora Jurídica e de Ética da Unidade de Negócios Globais de Renováveis do Grupo ENGIE.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Felisa Del Carmen Ros - AAG542023

Nascida em 13.07.1967, é engenheira civil. Em 1998 ingressou no Grupo ENGIE e em 2002 tornou-se Gerente de Operação e Manutenção na ENGIE Peru. Entre 2007 e 2013, no México, tornou-se Diretora Regional da ENGIE no Estado de Jalisco e depois foi promovida como Diretora de Atividades de Apoio na Sede Corporativa na Cidade do México. Em 2013 assumiu como Vice-Presidente de Operação das centrais elétricas entre México, Canadá e Estados Unidos. Em 2016, no Peru, atuou como Diretora de Operações da ENGIE Energia Peru. Em 2021 assumiu como Diretora de Operações da região Asia-Pacífico e em seguida, ocupou o cargo Vice-Presidente de Operação e Implementação de Projetos de Infraestrutura para a região das Américas da ENGIE. Em 2022 foi nomeada Diretora Nacional e de Operações de Transporte e Distribuição de Gás Natural na ENGIE México. Em 2024, foi nomeada como Diretora Regional de Networks das Américas, que inclui, México, Estados Unidos, Brasil, Peru e Chile.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CONSELHO FISCAL

Carlos Guerreiro Pinto - 047.615.457-04

Nascido em 17.06.1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), é Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e é certificado em Parceria para o Desenvolvimento Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Exerceu as funções de Diretor Fiscal, nomeado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reguladora das empresas de planos privados de saúde, no período de março/2010 a novembro/2011, como auditor nas operadoras colocadas em regime especial de Direção Fiscal. Foi Consultor Convidado da Fundação Getúlio Vargas, prestando serviços de consultoria em Gestão no Instituto Estadual do Ambiente – INEA e na SEA – Secretaria Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Waltamir Barreiros - 242.690.507-72

Nascido em 04.08.1953, é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-graduado em Auditoria pela UFSC. É também presidente do Conselho Fiscal da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), desde maio de 2008, membro da Academia Catarinense de Ciências Contábeis, da qual foi Diretor Financeiro e Diretor de Patrimônio. Trabalhou na Eletrosul – empresa que deu origem à Gerasul em 1997, atual ENGIE Brasil Energia - de março de 1975 a dezembro de 1997, em diversas funções na área contábil/tributária e no cargo de Gerente do Departamento de Contabilidade. Foi Gerente do Departamento de Contabilidade da ENGIE Brasil Energia de dezembro de 1997 a maio de 2005, e Gerente do Departamento de Governança Tributária, de maio de 2005 a abril de 2014. Foi professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em regime 20 horas, de agosto de 1985 a fevereiro de 2015. Foi Conselheiro Titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de setembro de 2015 a agosto de 2016, membro da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e membro Titular do Conselho Fiscal da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia (ABCE).

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida - 269.006.377-87

Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 na Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo ENGIE, para trabalhar na holding como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de junho de 2011.
Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Anderson Paiva Martins - 077.424.247-70

Nascido em 31.03.1979. Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 2016 na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, e Bacharel em Administração de Empresas, formado em 2013 no Centro Universitário da Cidade. Trabalhou na empresa Mega Models de 1999 a 2008, onde exerceu o cargo de Coordenador de Planejamento Financeiro. De 2008 a 2015 trabalhou na empresa Agency Models, onde exerceu o cargo de Assistente Financeiro. De 2015 até a presente data é Contador do Banco Clássico S.A e Conselheiro Fiscal Suplente na CEG.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Vespasiano Pinto Salerno - 552.435.097-87

Nascido em 25.01.1960. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho, com Pós-Graduação em Comércio Exterior pela Fundação de Comércio Exterior, com cursos de extensão profissional no Ibmec, FGV, ESAD, FEBRABAN e KPMG (Centro de Treinamento BNSA), especializou-se na avaliação financeira, operacional, contábil, Análise e Auditoria de Riscos de Crédito e Valuation de empresas em negócios que envolvam a captação de recursos nos diversos mercados, para investimentos operacionais, capitalização ou rentabilização ou cobertura de seu caixa.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorge Miguel de Bessa Menezes - 837.714.927-34

Nascido em 24.01.1966, é formado em Ciências Contábeis, com MBA (Master in Business Administration), na área de controladoria e finanças e Analista de Sistemas (PUCRJ). Cursou, inglês na ILAC International, em Toronto (Canada). Atuou na Retiro Baixo Energética S.A (Cemig/Furnas) como Diretor Presidente e na Walter Heuer Auditores Independentes exerceu o cargo de gerente da área de auditoria. Atualmente, é auditor interno do Banco Clássico S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos Comitês Estatutários, bem como dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam Estatutários:

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões de 2023
Maurício Stolle Bähr 748.528.847-49 Presidente do Conselho de Administração	**17.09.1957** Engenheiro	**Comitê Estratégico** Membro do Comitê (Efetivo) N.A.	**25.06.1999** 25.06.1999 Indeterminado	**Não** Sim 100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert EP293989 Membro efetivo do Conselho de Administração	**14.01.1948** Engenheiro	**Comitê Estratégico** Membro do Comitê (Efetivo) N.A.	**15.03.2001** 15.03.2001 Indeterminado	**Não** Sim 100%
Pierre Jean Bernard Guiollot 12CE76848 Membro efetivo do Conselho de Administração	**21.04.1968** Engenheiro	**Comitê Estratégico** Membro do Comitê (Efetivo) N.A.	**05.05.2016** 05.05.2016 Indeterminado	**Não** Sim 100%
Paulo Jorge Tavares Almirante CC963390 Membro efetivo do Conselho de Administração	**24.08.1964** Engenheiro	**Comitê Estratégico** Membro do Comitê (Efetivo) N.A.	**24.07.2016** 24.07.2016 Indeterminado	**Não** Sim 100%
Paulo de Resende Salgado 161.008.917-00 Membro efetivo do Conselho de Administração Independente	**02.07.1945** Economista	**Comitê de Auditoria Estatutário** Membro do Comitê (Coordenador) 1 (um)	**05.05.2022** 05.05.2022 04.05.2024	**Sim** Sim 100%
Manoel Eduardo Lima Lopes 046.227.237-00 Membro efetivo do Conselho de Administração Independente	**07.07.1943** Contador	**Comitê de Auditoria Estatutário** Membro do Comitê (Efetivo) 1 (um)	**05.05.2022** 05.05.2022 04.05.2024	**Não** Sim 100%

Nome	Data de nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Indicado pelo controlador**
Outros cargos ou funções exercidas		**Número de mandatos consecutivos**	**Prazo mandato**	**Participação nas reuniões de 2023**
Sophie Brigitte Sylviane Angrand Quarrel De Verneuil	**29.05.1980**	**Comitê Estratégico**	**08.08.2023**	**Não**
21EC15602	Geógrafa	Membro do Comitê (Efetivo)	08.08.2023	Sim
Membro efetivo do Conselho de Administração		N.A.	Indeterminado	0%
Gustavo Henrique Labanca Novo	**05.03.1968**	**Comitê Estratégico**	**05.05.2016**	Não
000.674.107-07	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	05.05.2016	Sim
Membro suplente do Conselho de Administração		N.A.	Indeterminado	100%

Os membros indicados do Conselho Fiscal não pertencem a nenhum comitê na Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor, Administradores do emissor, Administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, controladores diretos ou indiretos do emissor, Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos administradores, indicados pelo Acionista Controlador; entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; entre administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre Administradores da Companhia e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou (ii) controlador direto ou indireto da Companhia:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Maurício Stolle Bähr Presidente do Conselho de Administração	**748.528.847-49**		
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos últimos três últimos exercícios sociais			
Transportadora de Gás S.A. (TAG)	06.248.349/0001-23	Controle	Controlada em conjunto

A Companhia é controladora em conjunto da TAG com 32,5% de participação em seu capital social, posição em 31.12.2023.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Maurício Stolle Bähr Presidente do Conselho de Administração	**748.528.847-49**		
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos últimos três últimos exercícios sociais			
ENGIE Brasil Participações Ltda. (EBP)	01.370.013/001-15	Controle	Controlador Direto

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Pierre Jean Bernard Guiollot Membro Efetivo do Conselho de Administração	**12CE76848**		
Pessoa Relacionada – Diretor Financeiro da Unidade de Negócios de Renováveis nos últimos três exercícios sociais			
ENGIE S.A.		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Paulo Jorge Tavares Almirante Vice-Presidente do Conselho de Administração	CC963390		
Pessoa Relacionada – Vice-Presidente Executivo de Renováveis nos últimos três exercícios sociais			
ENGIE S.A.		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Sylvie Marie Vicente ep. Credot Membro suplente do Conselho de Administração	21CK23382		
Pessoa Relacionada – Diretora Jurídica e de Ética da Unidade de Negócios de Renováveis nos últimos três exercícios sociais			
ENGIE S.A.		Controle	Controlador Indireto

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, considerando que nenhum dos administradores da emissora e de suas controladas é seu fornecedor, cliente, devedor ou credor.

7.8 Outras informações que a Companhia julgue relevantes

A Companhia esclarece que, serão propostos para a eleição 7 (sete) membros efetivos do Conselho de Administração, e seus suplentes, indicados pela Acionista Controladora, 1 (um) membros efetivos do Conselho de Administração, e seus suplentes, a serem indicados pelos acionistas não controladores e 1 (um) membro efetivo e seu suplente a serem indicados pelos empregados.

Também, caso haja pedido para instalação do Conselho Fiscal, serão propostos 2 (dois) membros efetivos do Conselho Fiscal, e seus suplentes, indicados pela Acionista Controladora 1 (um) membro efetivo do Conselho Fiscal, e seus suplentes, a serem indicados pelos acionistas não controladores.

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Informações relativas à remuneração dos Administradores baseadas no item 8 do formulário de referência

8.1 Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia segue as diretrizes do Grupo Controlador e as referências de remuneração obtidas por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas. O Conselho de Administração aprovou, em 06 de dezembro de 2019, a Política de Remuneração dos Administradores, a qual encontra-se disponível no website da Companhia (www.engie.com.br/investidores).

A prática de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva (prevista no Estatuto Social), do Conselho Fiscal e Comitês visa atrair e reter profissionais e executivos alinhados às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. A prática considera a análise do mercado, os conhecimentos exigidos para o exercício da função, a complexidade das atividades e os resultados esperados que são baseados nos objetivos empresariais.

Adicionalmente, os membros dos Comitês, que fazem parte do quadro de pessoal da Companhia, não são remunerados para exercer tal função, exceto (i) pelo Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração, no qual também participa como Conselheiro, e (ii) pelo Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, cujos membros são remunerados quando da conclusão do trabalho para o qual foi instaurado.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

O montante de remuneração global é aprovado, anualmente, pela Reunião do Conselho de Administração, e a indicação dos membros de cada perfil administrador é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração fixa utiliza como referência a mediana do mercado brasileiro, conforme pesquisas salariais de mercado realizadas anualmente junto a consultorias especializadas, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no Grupo Controlador. A remuneração variável objetiva fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, retribuir os esforços na construção dos resultados e valores gerados pela Companhia, por meio de uma bonificação atrelada ao seu desempenho e motivar o cumprimento dos objetivos empresariais e estratégicos, refletindo a cultura e os valores da Companhia e de sua Controladora.

(iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Eventualmente a Companhia reavalia a aderência da Política com as necessidades identificadas e qualquer alteração ou atualização deve ser obrigatoriamente aprovada pelo Conselho de Administração, e tempestivamente comunicada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às B3.

c) Composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

A composição da remuneração total dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário é proposta pela acionista controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., conforme critérios estabelecidos em nível global, podendo ser composta por remuneração fixa, bônus e incentivo de longo prazo. A remuneração máxima dos referidos órgãos da Administração é aprovada, anualmente, pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, nos termos da Lei n° 6.404/76.

A composição da remuneração é estabelecida conforme segue:

Conselho de Administração

A remuneração total do Conselho de Administração é composta dos itens abaixo, sendo o montante máximo global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas:

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados em linha com as práticas de mercado. Adicionalmente, o Líder do Comitê Estratégico, o qual também participa do Conselho de Administração, recebe uma remuneração fixa em decorrência de sua participação neste comitê;

- Remuneração variável: O Presidente do Conselho de Administração recebe uma parcela variável calculada com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros e operacionais. Tal remuneração está diretamente relacionada aos resultados de desempenho coletivos e individuais, tendo por objetivo a compensação do executivo pelos resultados atingidos, alinhados com às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. Ainda, conforme definido em Acordo Coletivo de Trabalho, o membro titular do Conselho de Administração, eleito pelos empregados, poderá receber, ainda, remuneração variável calculada com base na média dos valores pagos aos colaboradores no exercício anterior, a título de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Bônus Gerencial. Conforme determinado no Estatuto Social, atualmente, a Companhia tem um membro titular do Conselho de Administração (e um suplente) eleitos pelos empregados; e

- Benefício pós-emprego: esse item é oferecido apenas para os membros do conselho que possuem contrato de trabalho com a companhia: o Presidente do Conselho e o membro eleito pelos colaboradores da Companhia. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado.

O pagamento do Presidente do Conselho é realizado pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., com o qual mantém contrato individual de trabalho, sendo 40% do valor, incluídos encargos, reembolsados pela Companhia.

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração não supera a remuneração individual dos membros da Diretoria Executiva.

Diretoria Executiva

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva (prevista no estatuto social) é dividida em parcelas fixas e variáveis e seu valor máximo anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13,33 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados. Adicionalmente, os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, check-up médico anual, auxílio à alimentação e seguro de vida. A remuneração fixa objetiva oferecer um pacote atrativo em linha com as práticas de mercado;

- Remuneração variável: O valor da remuneração variável, composta por bônus e participação nos lucros e/ou resultados, pode oscilar entre 40% e 81% da remuneração anual fixa, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas, tendo por objetivo recompensar os executivos pelos resultados de curto e médio prazo da Companhia. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base, com base na avaliação de desempenho coletiva e individual;

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado; e

- Remuneração baseada em ações: A controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Executiva um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao desempenho de *Phantom Shares* e indicadores corporativos, ao final de 3 anos, e, também, às Performance Shares e à Política de Opção de Compra de Ações do Grupo. Essa remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado.

Diretoria Não Estatutária

A partir de 01.11.2023 a Assessoria Jurídica foi elevada ao nível de Diretoria Jurídica e de Ética e a função de Diretora Jurídica e de Ética foi acumulada pela então Gerente Jurídica, sendo considerada uma Diretoria Funcional (não prevista no Estatuto Social). A prática de remuneração da Diretoria Funcional (Não Estatutária) segue a Legislação Trabalhista vigente e Acordos Coletivos de Trabalho.

Conselho Fiscal

O pró-labore é composto por remuneração fixa, cujo valor é definido e aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas e pago em 13 parcelas mensais. O pró-labore não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos diretores executivos, sem considerar benefícios e remuneração variável. O objetivo de tal remuneração é o desempenho das funções requeridas ao Conselho Fiscal.

Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

A remuneração do Comitê é definida pelo Conselho de Administração por projeto, não superior a 1 (uma) remuneração adicional por mês aos integrantes que já ocuparem cargo na Companhia. Na convocação, o Conselho de Administração deve definir o prazo de funcionamento do Comitê e pagamento da remuneração.

Nos últimos 3 exercícios não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes deste Comitê.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário é definida pelo Conselho de Administração, sendo que todos os membros recebem remuneração fixa, paga em 13 parcelas iguais durante o exercício. Membros do Comitê de Auditoria Estatutário que exercem outras atribuições junto ao Conselho de Administração da Companhia, perceberão cumulativamente os honorários como membro do Conselho de Administração e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios.

A participação da remuneração fixa, da remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, está representada pelos percentuais a seguir:

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2023 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	90,8%	65,1%	100,0%	100,0%	73,6%
Salário ou pró-labore	85,2%	57,9%	100,0%	100,0%	67,3%
Benefícios direto e indireto	0,6%	7,2%	0,0%	0,0%	5,1%
Participações em comitês	4,9%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	6,8%	24,8%	0,0%	0,0%	18,8%
Bônus	4,6%	8,2%	0,0%	0,0%	6,8%
Participação de resultados	2,2%	16,6%	0,0%	0,0%	12,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	0,8%	5,0%	0,0%	0,0%	3,7%
Baseada em ações	1,7%	5,1%%	0,0%	0,0%	3,9%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2022 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	71,5%	57,2%	100,0%	100,0%	63,4%
Salário ou pró-labore	67,0%	50,9%	100,0%	100,0%	58,0%
Benefícios direto e indireto	0,1%	6,3%	0,0%	0,0%	4,4%
Participações em comitês	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	24,5%	35,2%	0,0%	0,0%	30,4%
Bônus	23,8%	29,2%	0,0%	0,0%	26,0%
Participação de resultados	0,7%	6,0%	0,0%	0,0%	4,4%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	1,2%	5,6%	0,0%	0,0%	4,2%
Baseada em ações	2,8%	2,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2021					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	77,5%	52,6%	100,0%	100,0%	60,7%
Salário ou pró-labore	72,9%	47,6%	100,0%	100,0%	56,0%
Benefícios direto e indireto	0,3%	5,0%	0,0%	0,0%	3,8%
Participações em comitês	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	19,1%	28,7%	0,0%	0,0%	25,0%
Bônus	11,5%	12,7%	0,0%	0,0%	11,7%
Participação de resultados	7,6%	16,0%	0,0%	0,0%	13,3%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	1,2%	4,9%	0,0%	0,0%	3,8%
Baseada em ações	2,2%	13,8%	0,0%	0,0%	10,5%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os montantes da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia são propostos pela Controladora, conforme critérios estabelecidos em nível global e, posteriormente, aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Tal montante não é alterado durante o exercício, pois é definido para cada ano conforme limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o exercício social (janeiro a dezembro).

A remuneração é definida de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo, com base em pesquisas de mercado realizadas periodicamente por consultorias especializadas.

(iv) Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Para compor a remuneração, são utilizados 2 principais indicadores de igual peso, relativos as questões ASG:

- Cuidados com a saúde e segurança dos colaboradores; e

- Diversidade de gênero no quadro funcional.

No posicionamento da remuneração dos Administradores em relação ao mercado são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- Indicadores financeiros e operacionais do ano: evolução do EBITDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, despesas operacionais, solidariedade com os resultados da controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., etc.;

- Indicadores individuais: cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros; e

- Quatro indicadores são utilizados para apurar os resultados de desempenho propostos no âmbito do ILP: ROCE (retorno sobre o capital empregado) do Grupo ENGIE, TSR (retorno total para o acionista), RNRPG (receita líquida recorrente) e RSE (Responsabilidade Social Empresarial).

(v) razões que justificam a composição da remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 06.12.2019, tem como finalidade estabelecer as diretrizes de compensação dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitês da Companhia. Baseada nas práticas de mercado e visa atrair e reter profissionais e executivos compatíveis com as necessidades da Companhia.

(vi) existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados na Companhia que componham o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e os Comitês mencionados no item "8.1.a" desta Proposta de Administração.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos realizados por subsidiárias pelo cargo ocupado na Administração da Companhia. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento à Diretoria Executiva ou ao Conselho de Administração da Companhia, exceto:

- Remuneração fixa mensal, variável, benefícios e contribuições decorrentes do contrato individual de trabalho mantido com o Presidente do Conselho de Administração, que acumula funções corporativas na Companhia. Tais custos são parcialmente reembolsados pela Companhia na proporcionalidade da dedicação do executivo às atividades;

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica à Companhia.

8.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente em 31.12.2024 - Valores anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	18	8	6	3	35
Nº de membros remunerados (“c”)	18	8	6	3	35
Remuneração fixa anual	8.163.805,60	12.523.657,28	937.489,44	883.245,00	22.508.197,32
Salário ou pró-labore	7.494.194,35	11.342.501,28	907.489,44	868.245,00	20.612.430,07
Benefícios direto e indireto	207.610,00	1.181.156,00	30.000,00	-	1.418.766,00
Participações em comitês	462.001,25	-	-	-	462.001,25
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros[1]	-	-	-	15.000,00	15.000,00
Remuneração variável	1.060.820,28	11.496.025,84	-	-	12.556.846,12
Bônus	904.856,28	7.917.738,84	-	-	8.822.595,12
Participação de resultados	155.964,00	3.578.287,00	-	-	3.734.251,00
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros[1]	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	47.863,39	1.605.433,30	-	-	1.653.296,69
Baseada em ações	-	2.401.350,48	-	-	2.401.350,48
Total da remuneração	9.454.679,27	27.844.276,90	937.489,44	883.245,00	39.119.690,61

(1) A Capacitação, inserida em “Outros”, refere-se aos treinamentos previstos para o ano de 2024.

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP. Dado que o exercício social de 2023 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício Circular supracitado.

Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações Ltda.

Em 2024, foi submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), o valor global da remuneração anual dos Administradores de até R$ 48,03 milhões, dos quais R$ 8,91 milhões correspondem a encargos sociais de ônus do empregador.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2023 – Valores anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	18	8	6	3	35
Nº de membros remunerados (“c”)	13	8	6	3	30
Remuneração fixa anual	5.613.418,22	11.452.495,43	856.241,96	771.323,55	18.693.479,17
Salário ou pró-labore	5.283.084,80	10.185.679,75	856.241,96	771.323,55	17.096.330,07
Benefícios direto e indireto	35.110,98	1.266.815,68	-	-	1.301.926,66
Participações em comitês	295.222,44	-	-	-	295.222,44
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	403.378,40	4.366.842,53	-	-	4.770.220,93
Bônus	273.370,83	1.449.384,35	-	-	1.722.755,18
Participação de resultados	130.007,57	2.917.458,18	-	-	3.047.465,75
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros[1]	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	45.693,97	886.136,13	-	-	931.830,10
Baseada em ações	102.109,41	898.440,73	-	-	1.000.550,14
Total da remuneração	6.164.600,00	17.603.914,82	856.241,96	771.323,55	25.396.080,34

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações Ltda.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2022 – Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	18	8	6	3	34,67
Nº de membros remunerados (“c”)	13	8	6	3	30
Remuneração fixa anual	4.135.698,88	9.866.868,15	974.398,39	709.165,08	15.686.130,50
Salário ou pró-labore	3.875.272,39	8.773.572,48	974.398,39	709.165,08	14.332.408,34
Benefícios direto e indireto	4.285,75	1.093.295,67	-	-	1.097.581,42
Participações em comitês	256.140,74	-	-	-	256.140,74
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	1.413.741,76	6.074.791,53	-	-	7.488.533,29
Bônus	1.375.226,40	5.034.694,16	-	-	6.409.920,56
Participação de resultados	38.515,36	1.040.097,37	-	-	1.078.612,73
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	76.399,45	934.476,87	-	-	1.010.876,32
Baseada em ações	160.150,32	345.115,09	-	-	505.265,41
Total da remuneração	5.785.990,41	17.221.251,64	974.398,39	709.165,08	24.690.805,52

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações Ltda.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2021 – Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
N° total de membros (“b”)	17,67	8	6	3	34,67
N° de membros remunerados (“c”)	14,67	8	6	3	31,67
Remuneração fixa anual	3.961.103,88	9.333.331,98	736.024,04	660.383,11	14.690.843,01
Salário ou pró-labore	3.724.270,45	8.439.991,15	736.024,04	660.383,11	13.560.668,75
Benefícios direto e indireto	16.029,00	893.340,83	-	-	909.369,83
Participações em comitês	220.804,43	-	-	-	220.804,43
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	975.714,88	5.092.874,77	-	-	6.068.589,65
Bônus	588.835,59	2.255.922,23	-	-	2.844.757,82
Participação de resultados	386.879,29	2.836.952,54	-	-	3.223.831,83
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	58.003,10	852.205,55	-	-	910.208,65
Baseada em ações	111.441,27	2.434.539,14	-	-	2.545.980,41
Total da remuneração	5.106.263,13	17.712.951,44	736.024,04	660.383,11	24.215.621,72

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações Ltda.

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente

Remuneração variável prevista para o Exercício Social de 2024

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	904.856,28	7.917.738,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	452.428,14	3.958.869,42
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	155.964,00	3.578.287,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	155.964,00	3.578.287,00

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Remuneração variável prevista para o Exercício Social de 2023

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	931.036,43	6.779.172,67
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	465.518,22	3.389.586,34
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	582.457,05	2.864.441,05
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	582.457,05	2.864.441,05

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Reconhecido nos 3 últimos exercícios:

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2022

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	754.191,39	2.544.891,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	377.095,70	1.272.445,99
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	469.758,75	2.557.334,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	469.758,75	2.557.334,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.413.741,76	6.074.791,53

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2021

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	17,67	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	815.035,22	3.027.198,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	407.517,61	1.513.599,14
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	519.809,78	2.741.619,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	259.904,89	1.370.809,63
Valor efetivamente reconhecido no resultado	975.714,88	5.092.874,77

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

No Conselho de Administração apenas Presidente do Conselho e os membros titular e suplente eleitos pelos empregados recebem remuneração variável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia oferece aos seus Administradores Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) mantido pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda. (“ENGIE Brasil Participações”).

a) termos e condições gerais

Conforme descrito nos itens 8.1 e 8.8, para objetivos de médio e longo prazos, a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações, oferece à Diretoria Executiva e a determinados membros do Conselho de Administração, um ILP baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*) da Companhia.

b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de ILP é aprovado pela CEO do grupo ENGIE, Catherine MacGregor e o último plano foi aprovado em meados de 2022.

c) número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações abrangidas. O número máximo de *Phantom Shares* a serem distribuídas corresponde ao somatório do valor máximo individual conforme descrito no item “g” abaixo dividido pelo valor das ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item “e” abaixo, o valor do ILP (% do salário anual convertido em *Phantom Shares*) está limitado a 130% da faixa salarial da Companhia para o cargo do executivo somada ao ILP definido para aquele cargo na data de outorga. O salário base anual somado ao ILP ajustado não pode ultrapassar este limite.

e) condições de aquisição de ações

O ILP é destinado aos executivos da Companhia e do acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, que mantenham contrato de Administração e cargo na Diretoria Executiva das empresas. O acionista controlador determina anualmente quais executivos serão elegíveis ao ILP.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de mercado das *Phantom Shares* é calculado através da média simples da cotação de fechamento da ação EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações fantasma (novamente calculadas através da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 3º ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O ILP estabelece que a duração do plano será de 3 anos, conforme última revisão realizada em meados de 2022 – vide item 8.4 (b).

h) forma de liquidação

O plano envolve um bônus diferido específico, pago em dinheiro 3 anos após a data de concessão. O pagamento do ILP aos Diretores Estatutários é realizado pela Companhia e ao Presidente do Conselho de Administração pela controladora direta, ENGIE Brasil Participações e reembolsado pela Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Tendo em vista que o ILP prevê o pagamento de um bônus diferido específico baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*), não é possível a transferência das ações.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, tem a prerrogativa de, a qualquer momento com ou sem comunicado prévia, modificar, alterar, corrigir, inserir ou eliminar as condições do ILP, assim como optar pela decisão do cancelamento para futuras concessões, independentemente de justificativa.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os executivos que deixarem a Companhia antes do término do prazo de 3 anos de carência previsto no ILP estarão automaticamente renunciando ao direito a qualquer pagamento dentro do plano. Exceções serão aplicadas se ocorrer: término do vínculo com a Companhia para exercer atividades em outras empresas do Grupo ENGIE, para fins de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, para adesão a programas de desligamento voluntário, em razão de desligamento sem justa causa por decisão da Companhia ou em decorrência de falecimento do executivo.

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia tem remuneração baseada em ações reconhecida em seu resultado, conforme descrito item “8.4” desta Proposta. Trata-se do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), oferecido pela controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda. à Diretoria Executiva.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis à concessão de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) no exercício de suas funções na Companhia. Eventualmente poderão receber, enquanto Conselheiros, valores resultantes das ações concedidas durante o mandato de Diretor na Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados[1]	-	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	2.401.350,52
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberão pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2023

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados[1]	1	4
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	102.109,41	898.440,73
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados[1]	1	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	160.150,32	345.115,09
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	17,67	8
Número de membros remunerados[1]	1	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	111.441,27	2.434.539,14
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

8.6 Relacionada à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2024)

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2024
Quantidade de opções outorgada	51.674
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2027
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável

Outorga baseada em ações - exercício encerrado em 31.12.2023

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2023
Quantidade de opções outorgada	51.005
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2026
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2026
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$38,29
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.952.981,45

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2022

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2022
Quantidade de opções outorgada	62.421
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2025
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2025
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$39,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.461.884,24

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2021

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2021
Quantidade de opções outorgada	34.634
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2025
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2025
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$43,22
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.496.881,48

8.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Até a data de apresentação deste documento, não há opção em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.8 Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Relacionada à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Até a data de apresentação deste documento, não existem ações em aberto a serem entregues diretamente aos beneficiários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.10 Relacionada à cada outorga de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente

Não houve ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.11 Relacionada às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais

Até a data de apresentação deste documento, não existem ações em aberto a serem entregues diretamente aos beneficiários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "8.5" a "8.11", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") é proposto anualmente pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., considerando os seguintes parâmetros:

- O valor individual será estabelecido por meio de um percentual do salário base anual do executivo.
- Do valor do "ILP" será deduzido o valor médio nominal de desempenho dos últimos 3 anos na data de outorga do plano de ações por performance da ENGIE S.A. (*Performance Shares*) concedido no ano anterior.
- O valor resultante será convertido em um número de ações fantasma (*Phantom Shares*) de acordo com o valor de mercado da ação da Companhia (EGIE3), determinando a base para o montante do prêmio a ser pago pelo alcance dos objetivos na data do término do plano.

a) modelo de precificação

Para cálculo de outorga das ações fantasma (*Phantom Shares*) considera-se o valor de mercado da ação, sendo calculado por meio da média simples da cotação de fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. A data de outorga é a mesma estabelecida no plano das ações por performance (*Performance Shares*) do acionista controlador indireto, ENGIE S.A., geralmente no mês de dezembro de cada ano.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Enquanto o plano estiver vigente, o número de ações atribuídas para a determinação do valor do incentivo poderá ser aumentado proporcionalmente baseado no valor da ação quando a empresa pagar a seus acionistas os dividendos e juros sobre capital próprio. Tal ajuste será realizado por meio do cálculo do *dividend yeld* do preço de fechamento da ação EGIE3 na data.

O valor exato do incentivo será calculado por meio da seguinte fórmula: (% SB – – média dos 3 últimos anos VF PSP) / Valor da ação EGIE3 na data de início do plano = X Número de ações fantasma (Início). Para o valor final das ações considerar: X Número de ações fantasmas x preço da ação EGIE3 na data final. E o pagamento total será o valor final das ações multiplicado pelos indicadores de performance. Sendo que:

- % SB significa um % do salário base anual variando pela grade salarial do executivo na data de início do plano;
- VF PSP representa o valor de face das ações por performance (Performance Shares) da ENGIE S.A. concedidas nos últimos 3 anos, com cotação e câmbio EUR/BRL da data de outorga destas ações.
- Valor da ação EGIE3 conforme detalhado no item "a" desta seção

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão de exercício antecipado no modelo de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável ao modelo de plano de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo, uma vez que a volatilidade das ações não foi considerada no cálculo para apuração do valor da bonificação.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O pagamento total do ILP será um percentual do valor das ações ao final do ciclo. Este percentual será determinado pelos resultados alcançados nos quatro indicadores de desempenho do plano, no período de 3 anos do plano: ROCE (retorno sobre o capital empregado) do grupo ENGIE – 30%, *Total Shareholder Return* (retorno total para o acionista) – 25%, RNRPG (receita líquida recorrente) – 25% e RSE (Responsabilidade Social Empresarial) – 20%.

Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações (novamente calculadas por meio da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 3° ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 815.927.740 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações e outros valores mobiliários detidos por membros dos Conselhos e Diretores da Companhia:

Órgão	Quantidade de ações detidas, em 31 de dezembro de 2023		
	Ações Ordinárias		
	Diretamente	Indiretamente	Total
Conselho de Administração	43.855	-	43.855
Diretoria Executiva	1.150	-	1.150
Conselho Fiscal	4.983	-	4.983
Total	49.988	-	49.988

As ações detidas por estes membros correspondem a 0,006127% das ações emitidas.

A cotação da ação em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 45,22 por ação.

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de Administradores que reúnem condições para se aposentar	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente[1]	1	6
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	1.227.469,55	12.081.260,11
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	34.340,12	793.293,60
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições[2]	Não aplicável	Aplicável

(1) A idade mínima para Aposentadoria Normal é de 60 anos, já para Aposentadoria Antecipada a idade mínima é de 48 anos.

(2) Desde 2023, o resgate antecipado é aplicável desde que esteja dentro das especificações do Art. 113 do Regulamento da Previg.

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais

	Conselho de Administração			Diretoria Executiva			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria Estatutário		
(Valores em Reais)	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Nº de membros	18	18	17,67	8	8	8	6	6	6	3	3	3
Nº de membros remunerados	13	13	14,67	8	8	8	6	6	6	3	3	3
Valor da maior remuneração	2.827.277,30	2.093.212,03	2.080.483,95	3.856.088,03	3.318.269,17	3.371.882,49	179.152,72	164.715,37	151.343,96	257.107,85	236.388,36	220.127,70
Valor da menor remuneração	196.817,97	162.188,84	147.202,90	1.183.096,98	1.032.459,92	846.301,93	52.231,12	82.357,68	75.671,98	257.107,85	236.388,36	220.127,70
Valor médio da remuneração	474.200,00	445.076,19	348.075,20	2.200.489,35	2.152.656,46	2.214.118,93	142.706,99	162.399,73	122.670,67	257.107,85	236.388,36	220.127,70

Conforme Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Os membros da Diretoria Executiva, Conselho Administrativo e Comitê de Auditoria Estatutário identificados com a maior e menor remuneração exerceram o cargo durante todo o exercício apurado, no Conselho Fiscal ocorreram mudanças de Conselheiros durante o exercício de 2023.

O valor médio e menor remuneração do Conselho Fiscal em 2023 teve uma queda se comparado aos anos anteriores, em razão das mudanças de Conselheiros ocorridas no exercício de 2023.

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 51% (previsto), 56%, 43%, e 57%, do total da remuneração do Conselho de Administração nos anos de 2024, 2023, 2022 e 2021, respectivamente. No Conselho Fiscal, não há membros que são considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 anos.

8.18 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, nos 3 últimos exercícios sociais, bem como não há expectativa de pagamento para o exercício corrente.

8.19 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

O Grupo Econômico Controlador da Companhia, ENGIE S.A., mantém um programa de concessão de ações por desempenho (*Performance Shares*), que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, aos executivos e profissionais seniores.

No quadro a seguir, demonstra-se a média de atribuições de ações do Grupo Econômico Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

Exercício social 2024 – Remuneração a ser Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	443.620,00	-	-	443.620,00
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2023 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	512.640,00	-	-	512.640,00
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2022 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	383.011,12	-	-	383.011,12
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2021 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	225.063,88	-	-	225.063,88
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

8.20 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Os encargos sociais apartados das tabelas deste item para os exercícios 2024, 2023, 2022 e 2021 foram de R$ 8.912.230,08 (previsto), R$ 5.081.165,55, R$ 6.332.686,48, R$ 5.563.453,67, respectivamente.

Média anual de membros total de cada órgão

Ano de 2023

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	18	8	6	3
Fevereiro	18	8	6	3
Março	18	8	6	3
Abril	18	8	6	3
Maio	18	8	6	3
Junho	18	8	6	3
Julho	18	8	6	3
Agosto	18	8	6	3
Setembro	18	8	6	3
Outubro	18	8	6	3
Novembro	18	8	6	3
Dezembro	18	8	6	3
Total	**216**	**96**	**72**	**36**
Média anual de membro	**18**	**8**	**6**	**3**

Ano de 2022

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	18	8	6	3
Fevereiro	18	8	6	3
Março	18	8	6	3
Abril	18	8	6	3
Maio	18	8	6	3
Junho	18	8	6	3
Julho	18	8	6	3
Agosto	18	8	6	3
Setembro	18	8	6	3
Outubro	18	8	6	3
Novembro	18	8	6	3
Dezembro	18	8	6	3
Total	**216**	**96**	**72**	**36**
Média anual de membro	**18**	**8**	**6**	**3**

Ano de 2021

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	18	8	6	3
Fevereiro	18	8	6	3
Março	18	8	6	3
Abril	18	8	6	3
Maio	18	8	6	3
Junho	18	8	6	3
Julho	18	8	6	3
Agosto	16	8	6	3
Setembro	16	8	6	3
Outubro	18	8	6	3
Novembro	18	8	6	3
Dezembro	18	8	6	3
Total	**212**	**96**	**72**	**36**
Média anual de membro	**17,67**	**8**	**6**	**3**

ANEXO VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2023

10.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. política de salários e remuneração variável

Política de remuneração:

A política de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda aos interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, a Companhia considera os seguintes aspectos:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado de acordo com a estratégia de remuneração adotada pela companhia;
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Sistema de remuneração variável:

Em complemento ao pagamento de remuneração fixa, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável determinado em função da realização dos objetivos empresariais e do percentual de alcance das metas vinculadas aos mesmos. Esta mensuração é realizada anualmente, por meio dos resultados financeiros da Companhia e de cada área da Companhia. Neste contexto, a remuneração variável é composta por:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia e condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA do período, além de atingimento de metas departamentais. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia a prática de valores de remuneração competitivos quando comparados aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.
- Programa de Bônus Gerencial: aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, o programa é atrelado ao atendimento dos objetivos empresariais e metas da área e estará condicionado ao percentual de alcance delas.

A proposta da Administração contempla o valor de até R$ 40,18 milhões a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2023, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.

b. política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, todavia os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não Administradores

A Companhia não tem programa de incentivo aos empregados não Administradores baseado em suas cotas ou suas ações. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os empregados da Companhia, podem participar de programa estabelecido pelo Grupo Controlador – ENGIE.

d. razão entre:

(i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso;

(ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é de 28,23 vezes.